



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas

Os musseques de Luanda



ANDREA CARINA DE ALMEIDA BETTENCOURT

(Mestrado Integrado em Arquitectura)

Dissertação para Obtenção de Grau de Mestre em Arquitectura

Orientador Científico: Professora Doutora Isabel Ortins de Simões Raposo

Júri: Presidente: Doutor João Cabral (Professor Associado, FAUTL)
Vogal e arguente 1: Arquitecta Cristina Salvador (Especialista)
Vogal e arguente 2: Doutora Margarida Moreira (Professora Associada, FAUTL)
Vogal e orientador: Doutora Isabel Simões Raposo (Professora Associada, FAUTL)

Lisboa, FAUTL, Julho 2011

OS MUSSEQUES DE LUANDA

ANDREA CARINA DE ALMEIDA BETTENCOURT

Orientadora Científica: Professora Doutora Isabel Ortins de Simões Raposo

Dissertação para obtenção do grau de mestre em Arquitectura

Lisboa, FAUTL, Julho 2011

Resumo

Os musseques de Luanda, assentamentos de carácter informal localizados maioritariamente nas áreas peri-urbanas da cidade, são a representação física da segregação social no espaço urbano desta cidade capital de Angola, localizada na parte ocidental da África austral.

A segregação racial e de classes no período colonial, os processos de imigração e o êxodo rural, as consequências na economia das longas décadas de guerra colonial e civil, a própria orientação da economia nacional são aspectos que estão na base para o entendimento da situação urbana actual de Luanda. As falhas nas soluções e na implementação dos planos urbanísticos que foram sendo desenvolvidos, a própria legislação existente e as políticas de ordenamento do território ou a sua inexistência têm vindo a contribuir, de certo modo, para facilitar a expansão e densificação de forma acelerada e desordenada dessas áreas.

Luanda tem hoje cerca de 6 milhões de habitantes, dos quais cerca de 4 milhões vivem em áreas informais, carentes de infra-estruturas e de condições mínimas de habitabilidade. A problemática habitacional e os elevados níveis de pobreza que se vivem nas extensas áreas de musseque em Luanda e no restante território nacional, levaram as Nações Unidas a considerar Angola como um dos alvos no cumprimento das metas do milénio de luta contra a pobreza.

O caso dos musseques de Luanda é comparável por exemplo, às favelas do Brasil, aos chamados “caniços” de Moçambique ou aos *slums* da África do Sul e da Índia. Mesmo em alguns países mais desenvolvidos, como Portugal e outros países da Europa, é possível encontrarem-se casos pontuais de áreas urbanas informais ou de génese ilegal. Estes obrigam a intervenções que podem servir de referência na procura de soluções a implementar em países em desenvolvimento.

Para se formularem princípios de intervenção para o melhoramento de áreas urbanas informais é importante ter-se em consideração quer paradigmas teóricos quer referências de outras experiências de casos semelhantes. A aplicação destes princípios no caso particular de Luanda, para ser bem sucedida deve ter em consideração os traços específicos desta realidade e a forte influência de hábitos não-ocidentalizados e de cultura rural no modo de vida da população.

Palavras-chave:

musseque, Luanda, áreas urbanas informais, reabilitação urbana, habitação social

THE SLUMS OF LUANDA

ANDREA CARINA DE ALMEIDA BETTENCOURT

Lisbon, FAUTL, July 2011

Abstract

The slums in Luanda, known as “musseque”, the informal settlements mostly located outskirts of the city, are a physical representation of the social segregation in urban areas of the capital city of Angola, which is located on the western side of the southern Africa.

The racial and social segregation on the colonial period, the rural exodus, the economic consequences of the long decades of colonial and civil war, are the basic aspects to understand the actual urban situation in Luanda. The flaws in urban planning that have been developed, the existing legislation and the policy planning, or the inexistence of them, have been, in some way, contributing to accelerate the expansion and densification of the non-planning and disordered areas.

Today, Luanda as about 6 million inhabitants, of whom 4 million are slum dwellers living in informal settlements, without infrastructures or minimum living conditions. The housing issue and the high rates of poverty that people dwell with in large areas of slums in Luanda and all over the country, led the United Nations to consider Angola as one of the targets in the fight against the poverty to meet the millennium goals.

The slums in Luanda are comparable to the slums of Brazil, Mozambique, South Africa or the slums of India. There are also some developed countries, such as Portugal or other European countries, where is possible to find some cases with informal or illegal origin settlements needing a urban solution, that can be a reference model to find other solutions to the poor countries.

To define principles to improve the informal urban areas, it is important to take into account theoretical paradigms and the experience of similar cases. The application of those principles in the specific case of Luanda’s slums, in order to succeed, it should considerate specific features of that reality and the strong influence of rural culture and non-occidentalized habits on the lifestyle of that population.

Key-words:

musseque, slum, Luanda, urban informal areas, urban rehabilitation, social housing development

Agradecimentos

Arqt.^a Isabel Raposo, Regina e Victor Bettencourt, Eng. Gabriel Bettencourt,
Arqt.^o António Gameiro, Arqt.^o Chico Zé, Alain Cain e Azoncoth Ventura (DW),
Daniela Lima, Jorge Cohen, Mário e Emanuel “Kapita” (TV Marçal), Francisco
Bartolomeu Pedro “Zito”, Carlos Machado, GEBEPA

Índice

Introdução	1
1. Reflexões e teorias	4
2. Métodos e técnicas de intervenção urbana aplicados em contextos peri-urbanos	13
2.1 Âmbito	13
2.2 Brasil: Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro	14
2.3 Jorge Mário Jaurégui: Perspectivas e Técnicas de Intervenção nas Favelas do Rio de Janeiro.....	19
2.4 Moçambique: Bairro do Mumeno e Bairro de Manica.....	21
2.5 José Forjaz: Estratégias de Melhoramento dos Bairros Informais de Moçambique	26
2.6 Portugal: O caso do Bairro da Cova da Moura	27
2.7 Notas conclusivas	35
3. Luanda e os seus Musseques.....	37
3.1 Enquadramento geral da capital	37
3.2 Crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Luanda desde a ocupação colonial à situação actual.....	40
3.3 Musseque _ Origem . População . Modo de vida . Conceito.....	52
3.4 Caracterização dos tipos de Assentamentos em Luanda	58
3.5 Leis e processos informais de acesso à terra.....	70
3.6 Planos de intervenção no crescimento acelerado da cidade de Luanda	72
4. Paradigmas de intervenção	78
4.1 Reabilitar. Reconstruir. Realojar.....	78
4.2 Princípios de intervenção urbana nos musseques de Luanda.....	80
Conclusão	84
Referências Bibliográficas.....	86

Índice de imagens

1 - “No land, no house, no vote” – manifestação de reivindicação pelas condições de habitabilidade na África do Sul, 2005	13
2– A extensão das favelas pelos morros da cidade tem grande impacto na paisagem urbana do Rio de Janeiro	14
3- Favela da Rocinha, Rio de Janeiro	15
4 - Densidade habitacional e modos de vida nas favelas, Rio de Janeiro	16
5– A densidade de ocupação cria becos e estreitas zonas de circulação, Favela Dona Marta no Rio de Janeiro	17
6– O complexo Fubá-Campinho e um conjunto habitacional no Andaraí integraram o programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro	18
7 – A Favela do Vidigal (esquerda) e a Favela do Fubá (direita) integraram o programa Favela-Bairro e sofreram intervenções com projectos do arquitecto Jorge Jaurégui	19
8 –Parque da Boa Esperança, no Caju; e Centro de usos comunitários no Morro do Fubá – projectos do arquitecto Jorge Jaurégui para o Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro	20
9 - Vista aérea da cidade de Maputo, Moçambique	21
10 - Área verde à entrada das habitações; vias arborizadas no bairro do Mumeno;	23
11 - Primeiras habitações no bairro do Mumeno; Habitações no bairro do Mumeno;	23
12 - Abastecimento de água por bombas manuais; Centro de saúde do Bairro do Mumeno	24
13 - Importantes referências do bairro: o antigo Moinho que deu nome à Associação Minho da Juventude e uma das clarabóias de ventilação do aqueduto das águas livres	28
14 - Características típicas deste tipo de bairros: becos resultantes da forma densificada de ocupação	29
15 - Importância do trabalho social desenvolvido pelas associações, tais como a Associação Moinho da Juventude	30
16 - As vias urbanizadas nas zonas ocupadas por portugueses retornados das colónias distinguem-se das vias nas zonas informais ou de génese ilegal ocupada, principalmente, por imigrantes africanos	31
17 - O acesso às habitações é dificultado devido à forma densificada de ocupação	33
18 - A localização do bairro da Cova da Moura permite que se tenha uma vista privilegiada sobre a cidade em vários pontos do bairro	34
19 - Mapa de localização de Luanda; distância relativamente às cidades principais mais próximas	37
20 - A província de Luanda é constituída por nove municípios	38
21 - Identificação das fases de expansão do território urbano e periferia de Luanda	39
22 - As tão diferentes realidades sociais co-habitam o mesmo espaço na cidade de Luanda; no topo do mesmo morro localizam-se uma habitação de luxo e logo a seguir ocupações informais sem saneamento e rodeadas de lixo	40
23 - Imagens da cidade formal de Luanda na década de 1960	42
24 - Imagens da cidade formal (zona da Baixa de Luanda) e de bairros da periferia (musseques) em 1973 e 1974	43
25 - Dualidade entre as construções informais e os edifícios da cidade formal	44

26 - Edifícios incompletos sem infra-estruturas e segurança são ocupados informalmente; edifícios sobrepovoados	45
27 - Edifícios incompletos e com algum nível de degradação são habitados por dezenas de famílias; a dificuldade de circulação rodoviária na baixa da cidade é consequência da rede viária e estacionamento cada vez mais insuficientes	46
28 - Na parte urbanizada de Luanda, embora se assista à reabilitação das vias e passeios, a rede viária e estacionamento são insuficientes; o sistema de drenagem das águas pluviais é ineficiente; a limpeza das ruas e recolha de lixo é deficitária	47
29 - Junto aos novos limites, a cidade cresce e nascem novas urbanizações com habitação de renda alta, média e habitação social além de grandes equipamentos de comércio, serviços e educação	48
30 - Os novos bairros que desenvolvem nas zonas de expansão da cidade carecem ainda de infra-estruturas, apesar muitos lotes já estarem construídos com habitação e comércio	48
31 - A nova auto-estrada (via expresso) – pretende ser um foco de desenvolvimento, para as áreas de expansão a Sul e Norte de Luanda e definir um limite à expansão dos musseques	49
32 - A cidade de Luanda é hoje vista como um permanente estaleiro de obras de grandes empreendimentos para edifícios de habitação e escritórios e zonas comerciais	50
33 - O musseque do Catambor resulta da ocupação informal dum vazio urbano entra os bairros da Maianga e do Prenda, tendo relação directa com a cidade formal; a co-existência de duas realidades muito distintas	51
34 - Vista aérea sobre o tecido urbano típico das áreas de musseque na periferia de Luanda	52
35 - Sanzala, assentamento informal em área rural no interior de Angola; construções de pau-a-pique	53
36 - Sanzala, assentamento informal em área rural no interior de Angola; construções em adobe	54
37 - Ainda hoje é possível encontrarem-se portugueses a viverem em musseques desde o período colonial; habitação junto ao “mercado da chapada” no bairro do Marçal	55
38 - A drenagem das águas pluviais é precária, dificulta a circulação nos bairros, além de ser um risco para a saúde pública	56
39 - As construções das habitações nos musseques são hoje quase sempre em blocos de cimento, mas subsistem casas em chapa de zinco ou em madeira	56
40 - O mercado informal é a principal forma de rendimento dos habitantes dos musseques; mercado Roque Santeiro	57
41 - Um exemplo de mercado informal instalado numa rua sem infra-estrutura, num bairro de musseque em Luanda; “roboteiro”, designação informal para o veículo construído para o transporte de mercadorias	57
42 - O chamado prédio “sujo” no bairro do Marçal é um exemplo dum edifício “mussequizado”	58
43 - Tecido urbano do Centro Urbano Antigo	60
44 - Novos condomínios na zona da Camama	61
45 - Novos condomínios na zona do Benfica	61
46 - Bairro do Marçal	62
47 - Bairro de habitação social na zona do Panguila	63
48 - Bairro de habitação social na zona do Zango	63
49 - Condomínio de médio e alto rendimento na zona da Camana, no Município do Kilamba Kiayi	64

50 - Musseque do Catambor	65
51 - Bairro Operário	65
52 - Musseque ordenado no bairro do Palanca	66
53 - Musseque antigo no Cazenga	67
54 - Musseque periférico no Cacuaco	68
55 - Área rural nos limites da província de Luanda	69
56 - Área rural nos limites da província de Luanda	69

Introdução

A qualificação de áreas urbanas críticas, bairros informais ou de génese ilegal, requer uma reflexão aprofundada. As chamadas de atenção para a necessidade de intervenção nestas zonas têm sido permanentes mas na prática as mudanças pretendidas não são alcançadas ou são insuficientes.

A situação é mais grave nas cidades que por diversos factores sofreram um crescimento demográfico e urbano acelerados, tendo como consequência uma expansão desordenada. Neste trabalho reflectimos sobre estratégias de qualificação destas zonas informais que favorecem um crescimento mais ordenado, olhando em particular como estudo de caso, os “musseques” de Luanda, capital da República de Angola.

Em quase todas as cidades africanas, dos países em desenvolvimento, dos países de economia emergente e até mesmo de alguns desenvolvidos, encontram-se áreas mais ou menos extensas de assentamentos informais mais ou menos precárias com características muito próprias.

O presente trabalho tem como objecto de estudo o processo de produção e as estratégias de intervenção nos bairros informais de génese ilegal situados na sua maioria em áreas peri-urbanas. O estudo aborda o caso concreto dos musseques de Luanda a partir da reflexão teórica de vários autores sobre a temática e da análise do território.

Objectivos do trabalho

Este trabalho tem como objectivo principal a reflexão sobre a problemática urbanística da cidade de Luanda, sobre o desenvolvimento urbano desde a ocupação colonial, do centro e da periferia e, em particular, a expansão crítica das áreas periféricas e não planificadas.

O estudo parte da análise de intervenções em espaços informais e de génese ilegal noutros contextos similares, bem como dos novos paradigmas teóricos, seguidos por vários autores, sobre a criação da cidade e a produção do espaço público, implícitos nessas estratégias.

Procura-se entender o conceito de *musseque*, a proveniência dos seus habitantes, a cultura e a sua influência na configuração do espaço, bem como entender como o conceito se tem transformado ao longo do tempo e como hoje se insere no contexto genérico dos *slums* a nível mundial.

A elaboração de uma reflexão crítica pessoal sobre o desenvolvimento urbano da cidade de Luanda e a extensão dos seus musseques e sobre as formas de intervenção para a qualificação urbana destes bairros é o desafio principal desta dissertação.

Questões

O estudo procura responder às seguintes questões:

- Que factores históricos, económicos, sociais conduziram a um crescimento urbano tão acelerado e de forma tão livre e desordenada da cidade de Luanda?
- Qual o peso das origens e da cultura da população na forma de ocupação e uso do solo?
- Que planos e estratégias podem conduzir a uma regulação do espaço urbano e a uma qualificação das áreas urbanas críticas, indo para além de soluções pontuais?
- Como garantir uma implementação adequada de instrumentos urbanísticos legais de ordenamento do território, e de estratégias de qualificação urbanística, num território urbano tão vasto, em contínuo crescimento acelerado e desordenado?

Metodologia de pesquisa e concepção do trabalho

Para a realização da presente dissertação foi feita uma pesquisa local, na cidade de Luanda, onde se conseguiu recolher algum material bibliográfico e entrevistar alguns profissionais, arquitectos, engenheiros e um sociólogo, com conhecimento e experiência sobre a temática.

A estadia na cidade de Luanda permitiu a visita a alguns musseques, nomeadamente Sambizanga, Marçal e Rangel, onde se procedeu a um registo fotográfico e ao contacto directo com a população local e com a realidade urbana que ali se vive.

Para além desta pesquisa em Luanda, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica em livros, relatórios, artigos de revista e em sites da internet.

É de referir também a importância das aulas das disciplinas de “Urbanismo nos Países em Desenvolvimento” e de “Qualificação dos Subúrbios”, onde foram abordados vários casos de cidades africanas, de Portugal, Brasil e Índia, que incluíram conferências apresentadas por arquitectos convidados e serviram de apoio ao desenvolvimento desta dissertação, mais especificamente do terceiro capítulo.

A dissertação parte de uma abordagem geral sobre o tema das áreas urbanas críticas, para posteriormente passar para o caso de estudo a partir da qual se tecem as reflexões conclusivas.

No capítulo sobre o estado da arte procede-se a uma introdução ao assunto abordando teorias e conceitos sobre as formas de se fazer cidade, métodos formais e informais, problemáticas urbanísticas e habitacionais.

Para uma melhor compreensão do impacto da teoria na prática procede-se no terceiro capítulo a uma revisão de casos de intervenção em zonas peri-urbanas em vários tipos de bairros e assentamentos informais, o que nos permite fazer uma reflexão crítica sobre os métodos e técnicas de intervenção nesse tipo de zonas.

No quarto capítulo, sobre o estudo do caso de Luanda, a partir do enquadramento histórico do crescimento da cidade, aborda-se a formação e caracterização dos musseques, analisam-se os planos de intervenção e as políticas de terras.

Em conclusão procede-se a uma reflexão crítica sobre os paradigmas de intervenção em bairros informais, mais concretamente nos musseques de Luanda, e traça-se um conjunto de princípios de intervenção para a qualificação dessas áreas como contribuição à reflexão sobre a problemática.

1. Reflexões e teorias

Com a revolução industrial em finais do século XVIII e a aceleração do crescimento urbano, a questão urbana tem preocupado teóricos, filósofos, sociólogos, arquitectos e urbanistas, que reflectem sobre cidades, a produção do espaço e a sociedade urbana olhando em particular as áreas críticas da cidade. Da vasta bibliografia resultante destas reflexões, sobre temas que permanecem actuais e polémicos, alguns nomes e teorias são de especial interesse para aqui se destacar.

Começa-se por referir o Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM) como um marco de grande importância na história do urbanismo e da arquitectura. Foi fundamental na definição do papel do arquitecto e do urbanista, assim como de outros técnicos e profissionais, na construção das cidades do século XX e XXI e no melhor desempenho social, económico e ambiental.

Este evento reunia um conjunto de arquitectos modernos que se juntavam, desde 1928, para debater sobre os problemas colocados pela arte de edificar e definir as verdadeiras tarefas da arquitectura moderna integrando-a nos círculos técnicos, económicos e sociais. No IV Congresso do CIAM, realizado em 1933 em Atenas, fez-se a análise sobre 33 cidades e elaborou-se a Carta do Urbanismo, que viria a ser chamada a Carta de Atenas.

Este documento apresenta uma visão do desenvolvimento das cidades do início do século XX, sob uma perspectiva racional e funcional com áreas de habitação e de trabalho de alta densidade, ligadas por sistemas de transportes eficazes. Define também o Urbanismo como uma ciência cujas funções básicas são o habitar, trabalhar e recrear, sendo esta última a mais importante. Foca como objectivo a ocupação do solo, organização da circulação e a legislação (CIAM, 1933).

De acordo com esta carta, a ocupação do solo possui três dimensões. A altura é tida como a terceira dimensão e a mais importante do pensamento moderno. Este pensamento assume e valoriza os recursos técnicos modernos e o desenvolvimento dos meios de transporte, fundamentais no quotidiano da vida moderna e que, como tal, devem estar integrados de forma racional na estrutura da cidade. A carta propõe uma cidade mais justa e homogénea, em que a legislação permite que certos usos se tornem acessíveis a todos assim como a qualidade do bem-estar no habitar.

Como crítica à cidade tradicional, a Carta de Atenas propõe uma cidade moderna de edifícios altos, envolvidos por luz e por grandes espaços verdes e isolados dos fluxos de circulação. A cidade racional e funcional é pensada para o homem-padrão, concebida para cidades pequenas ou grandes em qualquer parte do mundo. É um reflexo da corrente progressista e dos conceitos do Movimento Moderno integrando os ideais de Le Corbusier. O plano da cidade de Brasília é a aplicação de raiz destes conceitos de modelo de cidade.

Com a aproximação do século XXI surgem novas preocupações e desafios para as cidades. O Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) reúne-se, em 1998, para elaborar um documento estratégico sobre os novos princípios de intervenção nas cidades europeias. Assim, é elaborado um novo documento adaptado às novas necessidades, a Nova Carta de Atenas de 1998.

Este manifesto transmite importantes princípios da boa prática urbanística para as cidades europeias do século XXI, visionando um futuro urbano de cidades progressistas e coerentes em que os sistemas urbanos arquitectónicos e de construção são responsáveis pela sustentabilidade do ambiente urbano. Uma das preocupações é o desenvolvimento sustentável visando o acesso contínuo aos recursos naturais para que se evite a persistência dos danos ambientais e se mantenha qualidade de vida.

Actualizada em 2003, a Nova Carta de Atenas *propõe novos sistemas de governância e pistas que permitam o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, utilizando as vantagens das novas formas de comunicação e as tecnologias de informação* (CEU, 2003: p.38). Este novo documento trouxe uma visão mais coerente da cidade sobre o ponto de vista social, económico e ambiental. Para que alcance essa coerência há que reunir esforços tanto dos urbanistas, como dos arquitectos e outros profissionais.

Tendo como objectivo a coerência da cidade, o CEU aponta a importância do indivíduo como membro de comunidades ligadas, que em conjunto são partes de um todo – a sociedade. Para que haja uma coerência social, a sociedade deve ser respeitada como um todo, tomando em consideração as suas necessidades, direitos e deveres tanto dos grupos como dos indivíduos em particular.

Além do equilíbrio social, o CEU procura demonstrar também com esta carta que o planeamento das cidades do século XXI passa pela aposta mais no envolvimento e participação nas tomadas de decisão dos seus residentes e utentes.

A identidade social, a riqueza multicultural, as relações entre as gerações e os fluxos de mobilidade são aspectos desenvolvidos neste documento como conceitos fundamentais na definição da coerência das cidades contemporâneas.

As cartas de Atenas constituíram não só um passo importante na história do urbanismo como também a formalização de um conjunto fundamental de princípios orientadores para a construção e intervenção em cidades adequadas ao dinamismo urbano do modo de vida contemporâneo.

“Quanto maior, mais densamente habitada e mais heterogénea for uma comunidade, mais acentuadas são as características urbanas que apresenta.” (Wirth, 1938)

Louis Wirth, sociólogo francês, membro da Escola de Chicago, muito influenciado pelo sociólogo alemão George Simmel, defende que a cidade não é apenas um lugar de habitação e trabalho. É também um lugar que controla a vida económica, política e cultural. Faz uma análise comparativa entre a teoria do urbanismo e a investigação sociológica.

Lançou o *Urbanismo como modo de vida* (Wirth, 1938), onde faz uma reflexão sobre o homem metropolitano, a sociedade urbana e as suas vivências nas grandes cidades. Nesta publicação Wirth defende que *“o urbanismo, enquanto modo de vida, encontra-se caracteristicamente em lugares que preenchem os requisitos que estipularemos para a definição de cidade, mas, por outro lado, não se*

restringe a tais locais e manifesta-se, em graus variáveis onde quer que chegue as influências da cidade” (Wirth, 1938). Com isto quer dizer que o urbanismo e o modo de vida urbano podem marcar também a vida rural.

A intensidade com que as características da cidade influenciam no modo de vida das pessoas, no cenário social urbano, varia de acordo com três critérios: dimensão, densidade e diferenças funcionais.

Com base nesses critérios, o autor conclui que quanto maior for o número de indivíduos, maior será a sua diferenciação que dá origem a problemas sociais de segregação.

Logo, o aumento do número de habitantes implica uma mudança na natureza das relações sociais. Note-se que, cada vez mais as relações sociais dos habitantes da cidade são tendencialmente providas de superficialidade, anonimato e carácter transitório.

O que Wirth pretende realçar nesta análise é a reflexão sobre o grau de complexidade que a estrutura social pode atingir, à medida que o número de habitantes vai aumentando, a densidade e consequentemente a heterogeneidade, e a forma como isto pode influenciar no comportamento dos habitantes e o seu modo de vida.

Wirth e Lefebvre foram sem dúvida dois nomes marcantes no início do estudo das cidades modernas e na introdução das disciplinas do urbanismo e da sociologia urbana.

“O direito à cidade (...) só pode ser formulado como o direito à vida urbana, transformada, renovada.” (Lefebvre, 2009: p.118)

O filósofo francês Henri Lefebvre, nascido no início do século XX, desenvolve várias e aprofundadas reflexões sobre o urbanismo, a cidade e a questão urbana. Com especial interesse sobre este tema foi a sua publicação “Direito à Cidade”, de 1969, onde defende que as questões da cidade devem ser abordadas pelos programas políticos de forma crítica, ultrapassando assim o círculo de técnicos e especialistas da área. Lefebvre defendia a ligação da teoria com a prática e o envolvimento de diversos especialistas arquitectos, urbanistas, sociólogos, economistas, filósofos e políticos.

Para este autor o Urbanismo “*só pode ser concebido enquanto implicação prática de uma teoria completa da cidade e do urbano*”, que ultrapasse as restrições actuais entre a filosofia da cidade e a ciência da cidade (Lefebvre, 2009: p.111).

De forma a justificar que a ciência da cidade exige um período histórico para se construir e para orientar a prática social, é necessária uma reflexão urbanística e sociológica. A reflexão urbanística é afectada ao estabelecimento e reconstituição das unidades sociais originais e da sua ordem interna complexa. A reflexão sociológica pretende chegar ao conhecimento e à reconstituição das capacidades de integração no urbano e das condições de participação prática.

O autor entende que a cidade seja acto e obra de um pensamento complexo e a consequência da definição de uma estratégia urbana. Esta deve hierarquizar as variáveis a considerar tendo em conta os conhecimentos adquiridos para a planificação do crescimento e domínio do desenvolvimento.

A teoria de Lefebvre para a prática dessa estratégia urbana envolveria uma iniciativa revolucionária que partiria da classe menos favorecida, a classe operária na época do autor, visando a *renovação urbana*.

O conceito do *direito à cidade* introduzido por Lefebvre na sua obra, parte do apelo da classe menos privilegiada à reivindicação dos seus direitos de acesso à cidade e às suas valências. O direito à cidade deve ser *formulado como o direito à vida urbana, transformada, renovada*. Tendo a *classe operária* como o suporte social, cujas opiniões e necessidades são consideradas.

Outros nomes de autores mais contemporâneos também aqui se destacam com abordagens com grande relevância acerca do tema que se desenvolve.

“Com o surgimento das “novas máquinas de circular”, o processo de destruição da espacialidade herdada da cidade tradicional se intensifica. Os imperativos da fluidez e da liberdade de movimentação individual fazem da circulação, uma função hegemónica, submetendo e condicionando a totalidade do espaço.” (Duarte, 2006: p.129)

É interessante reflectir sobre a forma como o arquitecto urbanista brasileiro Cristóvão Fernandes Duarte explica, no seu livro *Forma e Movimento*, a construção das cidades e principalmente o impacto do tráfego motorizado na vida urbana da cidade contemporânea.

Este autor aponta o aparecimento do automóvel e a introdução de novas modalidades de transporte, como tendo um forte impacto na estrutura espacial das cidades e consequentemente na prática quotidiana dos seus habitantes.

Reconhece, contudo, que esta nova “ferramenta circular” deu à cidade uma maior “potência e flexibilidade” que até então eram desconhecidas. O aparecimento do automóvel foi apenas uma peça de engrenagem complexa, cuja utilização em grande escala, contribuiu para desenvolver uma lógica individualista e competitiva, característica da sociedade moderna. Isto contribuiu de forma significativa para a destruição do sentido de convívio colectivo da vida urbana e a sua representação na cidade. *Os espaços de trânsito acelerado produziram uma cisão entre os homens e a cidade* (Duarte, 2006: 127).

Esta nova componente de circulação, implica movimento e repouso, implica uma prática sócio espacial em que fluxos e fixos, o tempo e o espaço, agem simultaneamente. Ao longo da história das cidades, o equilíbrio dinâmico entre os fixos e os fluxos verificava-se no encontro estabelecido entre os usos do tempo e os usos do espaço.

A cidade moderna distingue-se da cidade tradicional entre outros pelo domínio do sistema de transportes e seus fluxos. Este processo já advém desde o século XIX, e expressa-se na desmaterialização das fachadas dos edifícios, que são substituídas por grandes cortinas de vidro, na

dissolução das fronteiras entre o público e o privado e entre o exterior e o interior. Os processos de homogeneização e fragmentação na cidade moderna são a intensificação do processo de destruição da espacialidade herdado da cidade tradicional.

Cristóvão Duarte refere-se à cidade contemporânea como a transformação da cidade moderna num tempo marcado pela globalização da economia capitalista. A acumulação da renda num determinado grupo social e o agravamento das desigualdades sociais, são consequência dessa economia. Define então que os guetos são a configuração espacial da cidade contemporânea marcada pelo fosso económico e social que distancia as classes dominantes das dominadas.

A cidade contemporânea é, para este arquitecto, uma cidade em que os ricos e pobres estão segregados espacialmente. Os ricos ocupam preferencialmente condomínios fechados e luxuosos e os pobres habitam as favelas, bairros populares que surgiram ainda na cidade moderna.

Caracteriza a produção do espaço na cidade contemporânea como espaços fechados, protegidos e defendidos, com a lógica das lições adquiridas da configuração morfológica do tecido urbano tradicional. Este processo é válido tanto para os condomínios fechados e os *shoppings* como para as favelas, entendido como forma de defesa.

Saliente-se que, o professor Fernando A. Mourão, também faz uma interpretação semelhante sobre o tecido urbano dos musseques de Luanda. Caracteriza a malha urbana dos bairros informais de Luanda, desde o período colonial, como desordenadas e labirínticas, num crescimento sucessivo, igualmente como uma defesa dos moradores africanos na apropriação do espaço, que se torna fechado e facilmente controlável (Mourão, 2006).

Nesta leitura entende-se porque Cristóvão Duarte se refere como sendo uma novidade o interesse actual das classes dominantes também constituírem os seus espaços de habitar fechados.

Define a situação das favelas como um resultado da falta de poder centralizado, capaz de controlar e coordenar a ocupação do território, o planeamento e a carência de meios financeiros e tecnológicos. Estas condições constituem-se como fundamentais para se criarem assentamentos informais, cuja configuração morfológica é recorrente das cidades em crescimento acelerado e são fruto de um processo de sucessivas agregações por parte de singulares na procura de habitação e integração na vida urbana. Esta população instala-se na favela por ser forçada a “retirar-se da cidade” que lhe é negada.

De forma contrária, a configuração fechada dos condomínios e dos centros comerciais, resulta de vários estudos e cálculos cuidadosos, que originam projectos executados de acordo com a planificação e construções dotadas de recursos financeiros e tecnológicos avultados. Estas construções são a escolha consciente e premeditada da classe dominante, tidas como o reflexo de um desejo de “retirar-se da cidade”, um manifesto à fuga do conjunto de problemas, aparentemente sem solução.

As formas de ocupação de espaço referidas são mecanismos de defesa perante o que a destruição do tecido urbano representa. Qualquer dos mecanismos aponta possibilidades de recuperar o equilíbrio entre os usos de tempo e espaço, que parece extinto.

Com tudo isto, o arquitecto propõe que se entenda a necessidade de “desaceleração” do movimento dos corpos, uma vez que considera que são as estruturas criadas para a circulação que criam descontinuidade no tecido urbano. Assim, Cristóvão Duarte, numa perspectiva utópica, propõe a concepção de uma “nova cidade” com espaços de estar acessível a todos no quotidiano; uma cidade lenta e mais humana, onde o movimento das coisas dependa do movimento das pessoas.

“A luta do Direito à Cidade está no centro da luta contra o capital.” (Harvey, 2010)

Um outro nome contemporâneo, pensador e especialista em sociologia urbana é o geógrafo americano David Harvey. Uma das mais respeitadas figuras do meio intelectual, que aborda questões diversas sobre a economia contemporânea e que defende que o capitalismo é o responsável por grande parte dos problemas socioespaciais que acontecem na cidade. Harvey defende o direito à cidade, introduzido por Lefebvre, para contrariar o processo de concentração de riqueza e aumento das desigualdades.

A propósito do Fórum Social Urbano realizado no ano de 2010 no Brasil, David Harvey debruçou-se sobre essas questões, afirmando que, a cidade é construída pelos donos do grande capital que conseguem apropriar-se dos espaços para seu interesse particular.

Grande parte das crises financeiras das últimas décadas foram, segundo Harvey, produzidas pelo capital e tiveram origem no actual processo de urbanização, a que chama de crise urbana.

O autor chama ainda atenção para o facto de que elevado número de grandes projectos só têm benefício para o investidor e nada dizem respeito à maioria da população que muitas das vezes acaba por ser desalojada.

Para se entender o seu ponto de vista anti-capitalista no que diz respeito ao direito à cidade, Harvey explica que os preços da propriedade imobiliária têm aumentado cada vez mais impossibilitando o acesso da população trabalhadora às áreas mais privilegiadas da cidade. Dá o exemplo de Manhattan em Nova Iorque, onde é cada vez mais caro viver – o direito das pessoas à cidade está a ser subtraído.

Toda esta situação conduz ao domínio da cidade pelo grande capital, sendo esta a única forma de aplicar os seus excedentes. Harvey refere que actualmente tem havido incentivos para o desenvolvimento de grandes áreas da cidade, no sentido de alcançar as pessoas menos favorecidas. No entanto, assume isto como sendo um problema, uma vez que a renda da classe trabalhadora não tem crescido o suficiente para ter acesso a estes imóveis. Assume isto como uma consequência das políticas neoliberais.

A propósito da realização de grandes eventos em cidades Harvey aborda a questão, já polémica, sobre que níveis de benefícios se podem obter dos lucros daí resultantes. Referindo-se ao exemplo da recente Copa do Mundo e Jogos Olímpicos no Brasil, sem duvidar do real prestígio nacional que estes eventos proporcionam, põe em causa até que ponto vale a pena um investimento tão alto, tendo em conta que a maioria da população não terá benefícios.

A opinião de Harvey relativamente à abordagem sobre o desenvolvimento das cidades reflecte a teoria do direito à cidade, apresentada inicialmente por Lefebvre, inserida no contexto actual. Critica as políticas da economia neoliberal que conferem ao capitalismo protagonismo no desenvolvimento urbano, tirando às classes mais baixas o direito à cidade.

“Estamos, pois, face a cenários em que a promoção habitacional pública tem revelado dificuldades no papel de promover uma interacção social sem ruído.” (Pereira et al, 2001: 100)

Em Portugal, as iniciativas de inserção e integração urbana e social das classes mais baixas ou as menos privilegiadas também já foram desenvolvidas e abordadas por vários autores.

Um grupo de sociólogos e antropólogos portugueses publicou um artigo para a revista *Cidades – Comunidade e Território*, a propósito de uma pesquisa realizada nas regiões metropolitanas de Lisboa e Porto pelo LNEC/CES e pelos CECIS, para o Instituto Nacional de Habitação. O artigo debruça-se sobre as minorias étnicas provenientes dos PALOP e a população cigana procurando relacionar o habitat com os processos de integração social e urbana desses grupos, que normalmente são associados a representações negativas (Pereira et al, 2001: 93).

Além dos problemas sociais, também a precariedade habitacional que geralmente prevalece nos meios urbanos onde habitam aquelas populações realçam as desigualdades socioeconómicas das sociedades modernas.

A análise é feita com base nestas desigualdades e nas grandes tensões sociais, que são agravadas com a concentração de população de diferentes etnias. A questão principal levantada pelos autores é entender até que ponto as iniciativas criadas pelas entidades públicas e profissionais para melhor integração urbana e social resolvem efectivamente a exclusão e desigualdades sociais. É a reflexão sobre princípios de intervenção social e urbana em áreas urbanas críticas que este texto apresenta, que se interesse particularmente para o tema do presente trabalho.

O estudo indica que a população africana residente nos bairros degradados de Lisboa vive descontente e com vontade de deixar do bairro. A falta de infra-estruturas como rede de esgotos conveniente, água canalizada e sistema de recolha de lixo eficaz, revelam condições de habitabilidade precárias que se tornam num risco para a saúde dos moradores. Contudo, a vontade de abandonar o bairro por necessidade de melhoria de vida entra em contrariedade com o apego que os residentes normalmente criam em relação às suas casas. Muitas dessas habitações não são alojamentos com carácter de “barracas”, são espaços que foram sendo construídos e beneficiando de melhorias ao longo dos anos. Por outro lado, geralmente estas habitações beneficiam de melhor localização, funcionalidade e acessibilidade a equipamentos de apoio comparativamente com os locais de realojamento.

Os resultados do estudo apontam como principal causa para o insucesso do processo de realojamento as estratégias precipitadas de transferência da população para zonas periféricas e desligadas do centro. A consequência desta estratégia é o isolamento social e o sentimento, por parte de muitos moradores, de que o realojamento foi apenas o abandono na periferia. Este

fechamento sócio-espacial é um exemplo de como o realojamento destes grupos minoritários pode ser apenas *“uma espécie de transferência de alguns bairros de habitação degradada para os de habitação social”* (Pereira et al, 2001: 94).

Todos os bairros em análise neste estudo, quer sejam os de barracas ou os de realojamento, estão associados a representações sócio-espaciais negativas. O estudo indica que os moradores têm consciência da etiqueta negativa, agarrada à história de casos de criminalidade e delinquência, e que esta gera insegurança e desconfiança nos moradores e na população das zonas envolventes. Este sentimento e à má reputação do bairro, são os principais incentivadores do desejo de saída (Pereira et al, 2001: 99).

O bairro de realojamento continua a ser encarado por muitos dos moradores como uma situação temporária. O resultado do estudo acrescenta ainda que este desejo não pode ser concretizado pela maioria dos indivíduos por incapacidade económica. O desgosto pelo bairro e sentimento de conformidade com esta situação, leva aqueles moradores a optar por um estilo de vida circunscrito à sua habitação, sem ligação com a vivência e os projectos ligados ao bairro.

Perante estes resultados os sociólogos, autores do estudo, põem em questão os projectos e políticas de inserção urbana e social, apontando que a intenção de “amortecedor social” dessas zonas sociais críticas acaba por ser perder.

Como conclusão da análise des(integração) destas minorias, os autores lançam um desafio: *“que a promoção pública da habitação se ancore numa política estrutural e estruturante de integração de grupos minoritários, através da qual se procure promover a igualdade de direitos e deveres dos indivíduos enquanto cidadãos abstractos e, simultaneamente, indivíduos concretos”* (Pereira et al, 2001: 107). A procura do equilíbrio entre estes dois elementos da sociedade, sem que um se confunda no outro, é um desafio que se coloca às sociedades democráticas.

A contradição deste equilíbrio é ressaltada pelos autores do artigo como sendo preponderante. Fala-se da unidade do espaço comum que ignora as diferenças integrantes da realidade de uma nação e, combinada com as diferenças económico-sociais, alimenta as desigualdades. Esta abordagem contraria-se a si própria assim como aos princípios fundadores das democracias modernas: a liberdade e igualdade de direitos dos indivíduos-cidadãos.

As várias teorias e reflexões que foram aqui abordadas devem ser interpretadas de acordo com o seu enquadramento histórico, social e urbano da época em que foram concebidas. As orientações políticas dos autores também têm, naturalmente, influência na forma de abordagens às questões levantadas e na definição de soluções, que podem ser mais ou menos utópicas.

Apesar de baseadas em critérios e referências diferentes, é possível encontrar nestas teorias pontos em comum ao nível das preocupações e da procura de soluções aos desafios da cidade.

A noção de que a diferenciação de classes é determinante nas formas de ocupação do espaço urbano, desde a distribuição à própria estrutura morfológica, é uma ideia comum a todas às

reflexões referidas aqui. Este raciocínio lógico está directamente relacionado com a situação económica e com o poder político, a quem se impute a responsabilidade de controlo do espaço urbano.

Também ficou clara a importância do papel das entidades, tanto políticas como técnicas, responsáveis pelo processo de construção e reabilitação da cidade. A relação e comunicação destas entidades com os habitantes beneficiários têm grande relevância no sucesso das intervenções.

Estas abordagens teóricas desenvolvidas neste capítulo constituem a base para a avaliação das situações críticas da cidade e para a definição de estratégias para o melhoramento da condição urbana em causa, conforme os objectivos deste trabalho a desenvolver nos capítulos seguintes.



1 - “No land, no house, no vote” – manifestação de reivindicação pelas condições de habitabilidade na África do Sul, 2005
Fonte: <http://abahlali.org/node/190>

2. Métodos e técnicas de intervenção urbana aplicados em contextos peri-urbanos

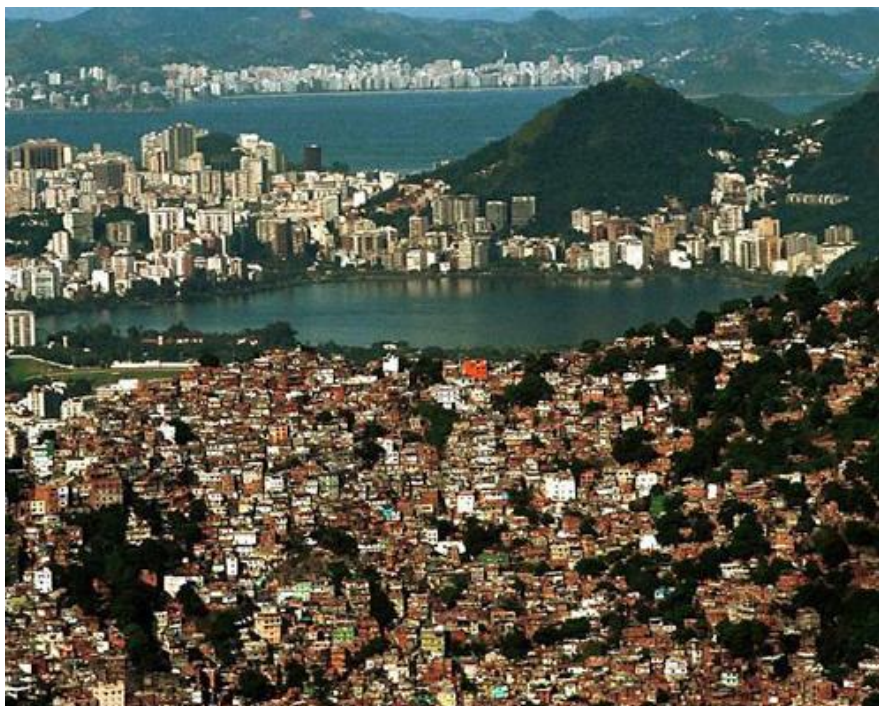
2.1 Âmbito

A problemática habitacional nas cidades dos países em desenvolvimento, como em África, tem-se agravado ao longo das últimas décadas, em consequência de uma série de factores históricos, económicos, políticos, culturais e sociais.

Os bairros informais e de génese ilegal, que vão surgindo, na sequência desses factores, nas zonas periféricas das cidades, têm sido cada vez mais alvo de estudo e preocupação por parte de técnicos, profissionais, entidades e instituições. Apesar das suas inúmeras diferenças e particularidades identificam-se características comuns que remetem para o processo de formação deste tipo de ocupações e assentamentos e que nos permitem definir princípios gerais a considerar nas intervenções nessas zonas.

O que se pretende com este capítulo é a apresentação e análise de determinados casos de intervenção em zonas peri-urbanas e bairros informais de cidades dos PALOP, do Brasil, e de Portugal, fazendo uma reflexão sobre as metodologias de intervenção aplicadas. As questões que se colocam relativamente à problemática habitacional e do espaço urbano, dos casos que se irão abordar a seguir, levam à reflexão sobre os princípios a respeitar, os métodos e as técnicas mais credíveis para o sucesso das intervenções.

O presente capítulo parte dos temas abordados e apresentados pela Professora Isabel Raposo e por diversos convidados nas aulas da disciplina optativa de “Urbanismo nos Países em Desenvolvimento”, como apoio à Tese Final de Mestrado Integrado em Arquitectura.



2– A extensão das favelas pelos morros da cidade tem grande impacto na paisagem urbana do Rio de Janeiro
Fonte: <http://oglobo.globo.com/blogs>

2.2 Brasil: Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro

O Brasil sofreu um intenso processo de crescimento urbano no século XX, sobretudo na década de 1960. Entre os factores responsáveis por esse aumento exponencial da população podem-se nomear o fim da escravatura, o fenómeno do êxodo rural provocado pela crise da agricultura, as actividades urbanas ligadas ao café, o emergente processo industrial e também o aumento da imigração para o Brasil.

As desigualdades sociais e económicas, que marcam a sociedade de então, geram cidades fortemente marcadas por exclusão social e territorial, principalmente nas maiores e mais importantes, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com os dados publicados pela UN-HABITAT (2001), no Brasil vivem actualmente em favelas e em ocupações informais cerca de 37% da população urbana, que corresponde a 82% da população total. De acordo com a Arq. Andréa A. Canavarros¹ o défice habitacional: 7,9 milhões de habitações. Como consequência assiste-se a uma ocupação informal densificada em locais sem valor de mercado, muitas das vezes em zonas consideradas de risco.

Essas ocupações informais feitas pela população de rendimento baixo a muito baixo, resultam em assentamentos de diversos tipos, tais como: favelas, loteamentos clandestinos, loteamentos irregulares e cortiços, sendo estes últimos predominantes em São Paulo. Os loteamentos

¹ Informação prestada na conferência da Arq.ª Andrea Arruda Canavarros “A ordem e a desregularização da ordem: reflexões sobre a produção habitacional no Brasil”, apresentada na Faculdade de Arquitectura para a disciplina de “Urbanismo nos Países em Desenvolvimento”.



3- Favela da Rocinha, Rio de Janeiro
Fonte: www.shutterstock.com

clandestinos são um tipo de assentamento em que se reconhece até alguma regularidade urbana por serem lotes da prefeitura vendidos e negociados de forma ilegal.

O Rio de Janeiro é uma das maiores e mais populosas cidades do Brasil, onde habitam cerca de 5,5 milhões de habitantes, em que 1 milhão vive em favelas e outros 500 mil vivem em loteamentos irregulares ou clandestinos (Canavarros, 2010). Habitar qualquer um destes tipos de assentamentos é viver em condições urbanas e ambientais precárias, com grande carência de serviços, bens e infra-estruturas.

Na cidade do Rio de Janeiro foi criado o programa de intervenção urbana nas favelas – o Favela-Bairro – que aqui se destaca como sendo de interesse para a qualificação deste tipo de áreas.

Após várias experiências, com resultados mais ou menos favoráveis, tais como as acções da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e do Projecto Mutirão, ao longo dos anos 1980, consolida-se a ideia de integração das favelas na cidade do Rio de Janeiro, como consequência da implantação do Plano Director da Cidade. Este plano trouxe uma contribuição na definição para o conceito de favela: *“é a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais”* (Plano Director Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 1993).

Em 1993, com a introdução do novo Plano Director, a criação do programa Favela-Bairro surge como um instrumento para se conseguir a integração urbana e social das favelas, visando retirar à cidade a imagem de degradação urbana do terceiro mundo. Assim, procurou-se resolver a problemática do défice urbano “produzindo cidade”, ou seja, em vez de se concentrar as atenções na questão da habitação isoladamente, a estratégia seria de organização estrutural urbana, no sentido da população segregada das favelas passar a integrar a dinâmica funcional e vital da cidade formal.



4 - Densidade habitacional e modos de vida nas favelas, Rio de Janeiro
Fonte: <http://acordabrasil.wordpress.com>

O programa foi criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e coordenado pela Secretaria Municipal da Habitação. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), co-financiador do programa, em parceria com a Prefeitura, cria o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares a fim de se conseguir que as intervenções alcançassem 60 favelas e 8 loteamentos em 4 anos. Para tal, foi feito um investimento de 300 milhões de USD dos quais 40% eram responsabilidade da Prefeitura e os outros 60% do BID. Após este contrato foram ainda feitos mais outros dois que contaram 600 milhões de UDS de investimento neste programa, que o BID considera um projecto modelo de políticas públicas no combate à pobreza e à exclusão social. (Junior, 2006):

O objectivo principal do programa Favela-Bairro era, através da implementação de melhorias urbanas de infra-estruturas, acessibilidades e equipamentos urbanos, transformar as favelas em “bairros populares” atingindo a sua integração social. Este programa procurava entender a realidade da favela analisando-a por critérios técnicos, suas características espaciais e carências de infra-estruturas urbanas e sociais, abstraindo-se dos juízos morais, culturais ou políticos.

Este tipo de ocupações de solo e sistemas construtivos característicos das favelas e dos assentamentos ilegais ganharam uma base legal e legítima de construção quando foi criada uma nova classificação de zona nesse Plano Director de 1993: Área Especial de Interesse Social (AEIS). Esta medida permitiu a inclusão das favelas na cartografia, censos e cadastros da cidade e facilitou todo o processo de concepção e concretização do programa Favela-Bairro.

Antes de serem definidas e postas em prática as acções de intervenção nas favelas, houve uma necessidade de se estabelecerem etapas a alcançar segundo uma determinada ordem e critérios, tais como (Junior, 2006):



5— A densidade de ocupação cria becos e estreitas zonas de circulação,
Favela Dona Marta no Rio de Janeiro
Fonte: www.shutterstock.com

- Delimitação do problema e da área de intervenção
- Hierarquização das metas
- Definição do programa de acções, da metodologia e da forma de arranque do processo
- Previsão de articulação com outros programas
- Identificação das melhores parcerias e fontes de financiamento

Para atingir a integração e o melhoramento das favelas, o programa traça como medidas as seguintes acções:

- a estrutura urbana principal da favela deve ser preferencialmente complementada e reconstruída, se necessário;
- proporcionar as condições ambientais necessárias para o entendimento da favela como bairro integrante da cidade formal
- introduzir valores urbanísticos e signos da cidade formal, tais como praça, rua, mobiliário urbano e serviços públicos;
- promover a regularização fundiária e urbanística;
- desenvolver acções de carácter social, tais como creches, programas de geração de renda e capacitação profissional, actividades desportivas, culturais e de lazer;

Para além destas acções, foram criados elementos complementares às transformações e acções sociais nas favelas.



6— O complexo Fubá-Campinho e um conjunto habitacional no Andaraí integraram o programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro
Fontes: www.agrar.com.br; www.vivercidades.org.br

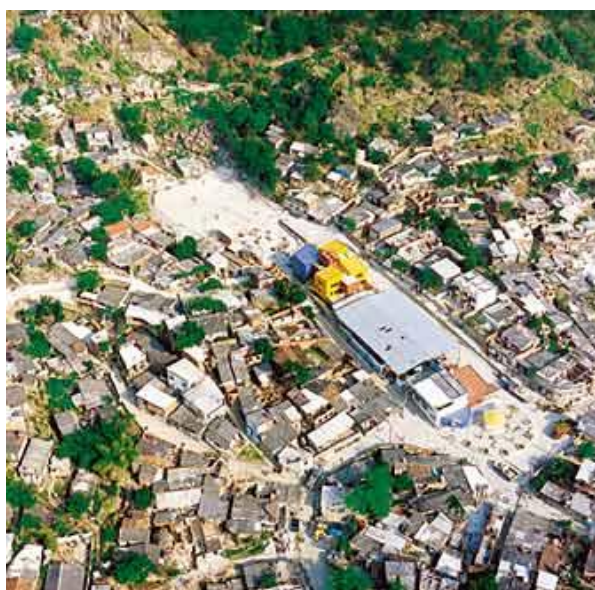
O POUSO (Posto de Orientação Urbanística e Social) foi um dos elementos criados no processo das transformações urbanísticas e arquitectónicas. Este posto está presente nas favelas e conta com um arquitecto e um assistente social que representam a Prefeitura, e ainda com a colaboração de agentes comunitários na intervenção dos espaços tanto públicos como privados. A sua função no seio da comunidade foi muito importante: passa pelo apoio no processo de regularização da situação fundiária, pelo contributo na responsabilidade da manutenção e limpeza dos espaços públicos e, ainda, pela orientação da população na construção ou ampliação das novas habitações.

Foi criado também um Centro Profissional para artesãos e técnicos, com salas de audiovisuais disponíveis para educação por via virtual para jovens e adultos. Este centro, coordenado pela Secretaria Municipal de Trabalho tem um papel importante no incentivo aos jovens e adultos na procura de ocupações e ainda promove emprego para a população das favelas. Outra importante transformação que o programa trouxe para as favelas foi o apoio dado na organização de cooperativas e estabelecimentos locais do Sector Comercial da Comunidade.

Na mesma década, em 1994, a Secretaria Municipal de Habitação juntou-se ao Instituto de Arquitectura do Brasil para lançar um concurso de métodos de intervenção em favelas, que seria aplicado em 18 favelas. Foi a primeira vez que se juntaram jovens profissionais e até mesmo arquitectos de prestígio para projectarem e intervirem em zonas de habitação de baixa renda no Rio. Este concurso promoveu uma nova e importante relação dos técnicos com as áreas mais carentes da cidade.

A divulgação dos resultados positivos do programa Favela-Bairro levaram-no ao sucesso a nível internacional tendo inclusive direito a alguns prémios: obteve o reconhecimento pelas Nações Unidas como um dos programas de urbanização de áreas carenciadas a ser seguido; foi seleccionado como um dos melhores projectos do mundo na Expo 2000 em Hanôver, na Alemanha; serve de modelo para outros programas de actuação em favelas no Brasil e em assentamentos informais pelo mundo.

Há no entanto, apesar dos vários pontos positivos, alguma controvérsia, no que diz respeito ao que teoricamente se pretende e é determinado pelas instituições e o que na prática é o produto final. Uma das principais críticas à grande maioria dos projectos de intervenção feitos no contexto do programa Favela-Bairro é o “abandono” das favelas por parte das instituições públicas após terem concluído as intervenções.



7 – A Favela do Vidigal (esquerda) e a Favela do Fubá (direita) integraram o programa Favela-Bairro e sofreram intervenções com projectos do arquitecto Jorge Jaurégui
Fonte: www.arcoweb.com.br

Jorge Jaurégui, arquitecto que participou em muitos projectos do programa, foi um dos críticos a este aspecto: *“Hoje, estão muito maltratadas e eu nem vou visitar. O poder público que as construiu não colocou nenhum tostão em sua manutenção. A população da favela não tem meios económicos para sua manutenção. O dinheiro que têm é para manter sua precária residência e para comer, obviamente. É função do poder público garantir que o bem público seja bem conservado.”* (Jaurégui, J.M.; *Urbanização de Favelas é Obra de Arte na “documenta 12”*)

Ora aqui está uma chamada de atenção para importância de se considerar o futuro das intervenções, quando se traça o plano de acções e medidas. A manutenção das intervenções e transformações feitas neste tipo de projectos deve ser também da responsabilidade do poder público que os promove. Tendo em conta as dificuldades e carência económica dos habitantes beneficiários, esta é sem dúvida uma medida que deve ser incluída nos planos de intervenção em bairros informais.

2.3 Jorge Mário Jaurégui: Perspectivas e Técnicas de Intervenção nas Favelas do Rio de Janeiro

Este arquitecto e filósofo brasileiro, participou em muitos dos projectos do programa Favela-Bairro, referido no ponto anterior. Em todas as suas intervenções sempre defendeu que se deveria dar prioridade à reabilitação das zonas e habitações, procurando evitar ao máximo o realojamento, ao qual se deve recorrer só mesmo em último caso. Este arquitecto entende que é importante partir do existente, minimizando a necessidade de realojamento e valorizando o já construído e as relações sociais e aspectos culturais.



8 – Parque da Boa Esperança, no Caju; e Centro de usos comunitários no Morro do Fubá – projectos do arquitecto Jorge Jaurégui para o Programa Favela-Bairro no Rio de Janeiro
Fonte: www.vitruvius.fr

O entendimento e conhecimento do local antes de intervir são um dos princípios que considera fundamental na concretização dos planos de intervenção nas favelas, para que se consiga reproduzir a alma do bairro. Para Jorge Jaurégui, enquanto técnico e profissional, é muito importante estabelecer uma relação próxima e de fácil comunicação com os moradores para que se consiga entender as suas vontades e necessidades. O respeito pela população e comunidade traduz-se no direito ao lugar, no direito de preservação dos laços sociais, em que o acto de realojar só deve acontecer mesmo em situações de risco.

Para se conseguir atingir o objectivo de se fazer cidade, o arquitecto entende que as favelas devem ter direito à cidade, à urbanidade da cidade formal, à qualidade de vida e à arquitectura. Conseguir-se uma cidade menos fragmentada, combater as desigualdades sociais e, de certa forma, provocar uma maior intervenção política, é o que se pretende com os projectos desenvolvidos pelo arquitecto para o programa Favela-Bairro.

É necessário o investimento público para que se introduzam os atributos urbanos, que permitam que a população mais facilmente se identifique com a cidade formal e se sinta menos marginalizada. Para o sucesso de qualquer um destes princípios e acções é importante que se desenvolvam planos sócio-espaciais tais que estimulem a participação da população na construção e reabilitação do seu próprio bairro.

Para que todo este processo de reabilitação faça sentido, é fundamental a parceria entre o público e o privado, uma vez que cabe às instituições a importante responsabilidade de também investir na manutenção do bairro.

“Sublinhar a dignidade do público, cenário aberto à vida civil. Fundamento igualitário da democracia. Dignidade representativa, condição colectiva e solene.” (Jaurégui, J.M.; Urbanização de Favelas é Obra de Arte na “documenta 12”)



9 - Vista aérea da cidade de Maputo, Moçambique
Fonte: <http://mocambique1.blogs.sapo.pt>

2.4 Moçambique: Bairro do Mumenho e Bairro de Manica

Lourenço Marques elevou-se, em 1899, a cidade capital de Moçambique. Com o desenvolvimento portuário e industrial e a atracção da população, tanto de nativos como de portugueses, o aglomerado populacional cresce. A distribuição no espaço urbano daquele crescente número de habitantes é marcada pela dualidade que caracteriza a estrutura social. Os colonos ocupavam a parte formal da cidade, a chamada “cidade de cimento”. Nos “caniços”, ou cidade informal, habitavam aqueles que não tinham o mesmo direito à cidadania, os nativos que trabalhavam para os portugueses. A distinção destas áreas é visível ao nível dos tipos de construção, nomeadamente edifícios em betão na cidade de “cimento” e construções de paredes e vedações em caniço nos bairros informais das zonas peri-urbanas.

Logo após a independência do país, os bairros de “caniço” são administrativamente integrados na cidade, como tentativa de se acabar com a segregação social e urbana. Todavia, logo nos primeiros anos do país independente e o início da guerra civil a introdução de políticas neoliberais levam a uma grave crise económica. A cidade continua a crescer, a segregação volta a acentuar-se e as condições de vida precárias, para quem vive nos “caniços”, agravam-se. O que deveria ser um factor de desenvolvimento e inclusão social transformou-se num fenómeno de degradação social. É constante a marginalização dos habitantes das áreas não urbanizadas, onde não existem recursos suficientes para dar resposta às necessidades de infra-estruturas físicas e sociais (Raposo e Salvador 2007). Perante esta realidade de sobrecargas a vários níveis, o próprio equilíbrio ecológico é também posto em causa.

Num país como Moçambique, com uma população com cerca de 20,5 milhões de habitantes, segundo a UNHABITAT (2007), apenas 35% habitam em áreas urbanas. O valor médio da densidade populacional nacional (24 habitantes por km²) mostra ser enganador uma vez que há um grande desequilíbrio na distribuição pelo território: em Niassa, uma província a Norte do país, a densidade é

de 2 habitantes por km² e em Maputo, cidade capital, é muito superior com cerca de 1.481 habitantes por km² (UNHABITAT, 2001). Esta grande discrepância, entre os registos de maior e menor densidade no país, ilustra a tendência do êxodo rural e a grande concentração de pessoas nos centros urbanos. O facto é que, devido à fraca estrutura económica e social e às escassas infra-estruturas físicas e urbanas, a grande maioria da população urbana (80%) vive em assentamentos informais (UNHABITAT, 2007).

Como principais factores de retardamento da taxa de crescimento populacional anual, (2,4%) em 2007, para além das doenças como a malária, HIV SIDA ou a tuberculose, encontram-se as calamidades naturais, tais como inundações e secas. As precárias condições de habitabilidade das populações dos bairros peri-urbanos deterioram-se ainda mais em situações de calamidade.

Foi na sequência da calamidade das grandes cheias de 2000 em Maputo, que surge o Bairro do Mumeno.

Bairro do Mumeno

Apresenta-se aqui o processo de construção do bairro Mumeno como um bairro de realojamento, o qual é analisado com base na conferência apresentada pela Arq^a Vanessa Melo durante as aulas da disciplina de “Urbanismo nos Países em Desenvolvimento” (Melo 2010) e na informação publicada pela principal promotora do projecto, no sítio da internet sobre o bairro (<http://mumeno.no.sapo.pt>). O bairro do Mumeno foi construído para realojar a população vítima das grandes cheias, que destruíram o Bairro do Chamanculo C, um dos bairros mais antigos da cidade de Maputo.

Embora tenha sido um bairro destinado a uma população de rendimento baixo construído ainda na época colonial para os trabalhadores e nativos, o Chamanculo tinha uma localização próxima da cidade urbanizada, com a qual estabelecia uma importante relação, que lhe atribuía algum estatuto.

Ao contrário do Chamanculo, o bairro do Mumeno foi construído numa zona periférica bem afastada da “cidade de cimento”. Tal foi tido, inicialmente, como um factor desfavorável à aceitação das famílias em abandonarem o bairro do Chamanculo para outro bem mais afastado de Maputo. Após várias tentativas foi possível convencer um grupo de famílias que se juntou para formar uma Comissão de Moradores. Fez-se um recenseamento que conseguiu reunir 1.777 famílias dispostas a mudarem-se para o novo bairro do Mumeno.

A CONFIHC (Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição) foi a principal responsável por todo o processo, desde o apoio e abrigo às vítimas logo após a catástrofe, à procura de apoios junto de outras instituições governamentais e não governamentais, até ao incentivo da população e contribuição no financiamento para a construção do novo bairro.



10 - Área verde à entrada das habitações; vias arborizadas no bairro do Mumeno;
Fonte: <http://mumemo.no.sapo.pt>



11 - Primeiras habitações no bairro do Mumeno; Habitações no bairro do Mumeno;
Fonte: <http://mumemo.no.sapo.pt>

Em todo o período de criação e construção do Mumeno, houve uma grande dedicação em todo o processo de reassentamento tanto da parte das entidades oficiais como dos beneficiários. Em termos do desenho urbano propriamente dito, embora se tenha dado atenção à inclinação do terreno, o alinhamento dos lotes e vias foi feito de forma relativamente aleatória. Contudo, o resultado foi um traçado mais ou menos regular e ortogonal, semelhante ao da cidade formal.

Outros aspectos positivos e negativos identificam-se também no que diz respeito às habitações. Os materiais e métodos construtivos já não são tão precários e o abastecimento de água é garantido por ligações irregulares à rede pública, com depósitos individuais e recurso a bombas manuais ou eléctricas.

O bairro foi servido de latrinas melhoradas e fossas sépticas, para responder à questão do saneamento. Em contrapartida há mau funcionamento do sistema de recolha de resíduos que, consequentemente, proporciona a acumulação de lixo nas ruas e põe em causa a saúde pública. No que diz respeito ao sistema de saúde, este funciona melhor, tendo sido projectado um centro de saúde servido por ambulância de serviço do bairro. Relativamente à educação foram projectados para aquela zona três equipamentos educativos, uma creche e jardim-de-infância, uma escola primária e uma escola profissional.



12 - Abastecimento de água por bombas manuais; Centro de saúde do Bairro do Mumenho
Fonte: <http://mumemo.no.sapo.pt>

O local de emprego da maioria da população do bairro veio também a revelar-se um problema, uma vez que a grande maioria dos chefes de família trabalha na cidade formal, em Maputo, havendo sérias dificuldades de deslocação entre as localidades devido à falta de transportes. As mulheres normalmente trabalham no comércio do próprio bairro, o que contribui fortemente para o funcionamento do mercado informal da zona. Inserido num contexto de expansão peri-urbana de Maputo, o bairro do Mumenho, construído para realojamento da população vítima de uma catástrofe natural, é um exemplo de como os princípios e regras a adoptar nas intervenções em contextos de expansão peri-urbanas podem muitas vezes não resultar como se pretendia, pelas dificuldades que se enfrenta e que não são tidas em conta.

Apresenta-se a seguir, um outro exemplo de intervenção neste caso de melhoramento de uma zona peri-urbana de uma outra vila de Moçambique, tendo como base o relatório de estágio da Arqª Vanda Silva, que, aparentemente, teve mais resultados positivos (Silva, 2005).

Bairro da Manica

O projecto-piloto para o Bairro Josina Machel em Manica foi criado no âmbito do Programa de Descentralização e Desenvolvimento Municipal (PDDM), em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GTZ). Este projecto surge no intuito de se promover o desenvolvimento socioeconómico local e consolidar o processo de descentralização democrática.

O projecto teve início em 2003 e pretendia promover a participação da população e o melhor desempenho dos municípios. A parte técnica e metodológica teve a colaboração da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM), cujo director o Prof. Arq. José Forjaz teve responsabilidade directa na definição e implementação do projecto.

Na metodologia de intervenção consideraram-se alguns princípios que são importantes de referir:

- Evitar deslocar os ocupantes e residentes para outra localidade
- Respeitar a estrutura urbana existente
- Respeitar as relações de vizinhança

- Procurar um envolvimento comunitário e a sensibilização da população com vista à sua participação em todo o processo de urbanização e melhoria das condições do bairro

No processo de reordenamento e introdução de acessos considerou-se como princípio mais importante o do envolvimento da população na discussão e decisão dos acessos viários e pedonais. Não sendo adoptada a metodologia de “tábua rasa”, foi possível minimizar as perdas de terreno de cada família. Desta forma, também se pode privilegiar a forma mais orgânica das ruas sem alterar os limites dos talhões.

Algumas das acções desenvolvidas pelo gabinete técnico para apoio do trabalho no bairro passaram tanto pelo incentivo ao envolvimento da população no processo do planeamento, como pela intervenção junto da administração municipal para um melhor desempenho no cadastro do uso do solo urbano e peri-urbano e na organização do arquivo de cadastros de “assentamentos” formais e informais. O gabinete técnico apoiou sempre o levantamento e as decisões tomadas no terreno, mantendo os parceiros do projecto informados sobre o desenvolvimento do trabalho local. Neste processo procurou-se que houvesse uma permanente avaliação da metodologia e sustentabilidade do projecto.

Ao longo do trabalho de levantamento e desenvolvimento do cadastro dos talhões encontraram-se algumas dificuldades típicas deste tipo de assentamentos e de intervenção: são muito comuns os conflitos e dificuldade de entendimento entre os vizinhos na divisão e definição dos limites dos talhões, que geralmente são pouco precisos. Além de mal definidos, os talhões têm muitas vezes formas complexas e dimensões reduzidas que dificultam um levantamento mais rigoroso e o acesso a todos quando colocados em zonas muito densas.

A filosofia do projecto e a metodologia de intervenção no bairro foi eficaz e diminuiu os riscos de consequências negativas que um projecto-piloto pode sujeitar na vida dos seus habitantes. Este trabalho trouxe aspectos positivos tanto para a população como para os técnicos locais.

Antes de qualquer estudo social ou económico sobre o bairro, teve-se como primeira preocupação dar início à intervenção com rapidez de decisões e execuções. Este método acabou por resultar de forma bastante positiva porque não criou falsas expectativas à população, pelo contrário, deu mais confiança à cooperação entre instituições e técnicos para desenvolver e apoiar o trabalho, permitindo o envolvimento comunitário. A população ganhou com isto experiência de trabalho, conhecimento da ocupação do solo já existente, condições de inicialização do processo de legalização das construções e melhores condições de acessos e infra-estruturas. Os técnicos locais tiveram oportunidade de ter formação específica na universidade e ganharam capacitação e experiência em ordenamento urbano.

Todavia, não foi possível garantir o abastecimento de água potável que ficou em falta para a população, o que constituiu um exemplo de expectativas criadas com o desenvolvimento do trabalho que não foram alcançadas.

Como outro facto negativo para o Conselho Municipal e também técnicos locais, é possível apontar a dependência que se ganhou dos apoios financeiros e técnicos exteriores e a dificuldade que existe nas questões financeiras com os doadores.

Em síntese, este foi mais um projecto cujas metas só foram atingidas parcialmente. Porém, pode considerar-se que o projecto foi bem conseguido a nível dos principais objectivos pretendidos. O facto de ser um bairro com características ainda muito rurais, facilitou em certo modo a intervenção das entidades e profissionais e a predisposição para a participação comunitária.

2.5 José Forjaz: Estratégias de Melhoramento dos Bairros Informais de Moçambique

“Os slums são zonas urbanas que não oferecem aos seus residentes condições de vida minimamente aceitáveis. Essas condições são de diferente natureza e devem ser estudadas e resolvidas com estratégias diversas.” (Forjaz, 2004)

“A condição de slum é a consequência de dimensões regionais, nacionais e globais do subdesenvolvimento de certas regiões, de nações e de cidades, com raízes num complexo de causas sociais, económicas, culturais e políticas e em circunstâncias que não se podem compreender e resolver senão juntando esforços em todas essas frentes.” (Forjaz, 2004)

Qualquer tipo de intervenção nos bairros de carácter informal requer a consciência da dificuldade e limitações a que se está sujeito. Para se conseguir ultrapassar as barreiras e ter sucesso nas intervenções de melhoramento ou reabilitação é preciso conhecerem-se os limites técnicos, administrativos e os valores culturais, ter a estrutura do plano bem definida e prioridades correctamente estabelecidas.

Estes limites e prioridades a traçar nesse tipo de intervenções foram referidos e muito bem explicados pelo arquitecto José Forjaz, professor e director da Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, num projecto de estratégias de intervenção para melhoramento dos bairros informais em Moçambique, desenvolvido para a Habitats, das Nações Unidas. Há vários princípios e dimensões do problema que o arquitecto nomeia como importantes de considerar e compreender antes de se definirem as estratégias.

Primeiramente, é fundamental entender-se o que é um *slum*, fazer-se uma análise e estudo do bairro informal a intervir, para se entender como surge e em que condições, considerando sempre a consciência dos moradores.

Há que saber avaliar o nível de civilidade da população em questão e a capacidade que esta tem de absorver os modos de vida urbanos. José Forjaz defende que muitas vezes os hábitos de civilidade e os modos de comportamento citadinos são muitas vezes melhor apreendidos por aqueles que habitam nos *slums* do que por aqueles que saem do mundo rural directamente para os bairros urbanizados. Isto é, a vivência nos bairros informais que se desenvolvem nas periferias da cidade formal acabam por dar melhor aprendizagem de vida do meio urbano, e assim, melhores capacidades de adaptação à vida citadina. Para que as qualidades de vida e habitação melhorem e atinjam um nível mais próximo do que se vive na cidade formal, é preciso que os programas de acção sejam resistentes, realistas e plausíveis.

A estratégia para definir as prioridades de intervenção é ter os próprios moradores como prioridade, através de um levantamento socioeconómico bem estruturado. É com a população que se define a hierarquia das acções de intervenção. Nunca se deve defini-las *a priori*, por mais óbvias que possam parecer. Tal como o brasileiro Jorge Mário Jaurégui, o arquitecto Forjaz também defende que a população deve ter o máximo de participação na construção e implementação dos planos de melhoramento do seu bairro. Atribuir aos moradores responsabilidades de mão-de-obra e recursos humanos no desenvolvimento do programa, é uma estratégia de motivação e participação garantida. Esta medida tem ainda a vantagem de atribuir emprego aos participantes, ainda que temporariamente.

Outra estratégia para participação activa dos residentes, segundo José Forjaz, é a definição clara dos Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT). Isto implica reconhecer a ocupação do talhão, registá-la em cadastro, certificá-la e assegurar a cada família o DUAT. É muito importante para os residentes a definição clara do estatuto de condições de uso e aproveitamento de cada área e parcela de terra após a reabilitação do *slum*.

José Forjaz considera fundamental saber que em qualquer tipo de intervenção de melhoramento ou reabilitação de bairros informais, todas as fases do processo tornam-se mais facilmente concretizáveis se se proporcionar o envolvimento de todas as famílias e indivíduos residentes, considerando os seus domínios e direitos espaciais.

“... uma prática que considera os beneficiários de qualquer acção de reabilitação, como os primeiros responsáveis pelo seu próprio futuro e pelas consequências das suas atitudes e escolhas. Esta é uma condição sine qua non para o sucesso de qualquer programa ou projecto.” (Forjaz, 2005: 93)

2.6 Portugal: O caso do Bairro da Cova da Moura

Apesar de ser um país europeu que não está incluído no grupo de países em desenvolvimento, encontram-se em Portugal situações de zonas urbanas críticas ou consideradas de génese ilegal. Um caso importante, que ultimamente tem sido muito falado e sido alvo de estudo por várias instituições, a ter como referência para o estudo das formas de intervenção urbana e sociológica em zonas críticas, é o bairro da Cova da Moura.

Este bairro localiza-se numa zona periférica ao concelho da Amadora estando administrativamente, dividido em duas partes, uma pertencente à freguesia da Buraca e a outra à da Damaia. Esta particularidade é um aspecto importante a considerar uma vez que também contribuiu para alguns problemas na organização e responsabilidades sobre o bairro.

A sua ocupação teve início nos anos 1960, mas foi a partir do 25 de Abril de 1974 que o bairro passou a registar um número de população residente mais significativo. Nesta fase o bairro começou a ser ocupado predominantemente por africanos, portugueses emigrantes regressados a Portugal e por retornados portugueses das ex-colónias. As novas habitações que foram surgindo pertenciam maioritariamente a emigrantes africanos, principalmente cabo-verdianos. A população do bairro começou a crescer assim como as ocupações e construções ilegais.



13 - Importantes referências do bairro: o antigo Moinho que deu nome à Associação Minho da Juventude e uma das clarabóias de ventilação do aqueduto das águas livres
Fonte: autora – Cova da Moura, Abril 2010

Para resolver a problemática quanto à escassez de infra-estruturas, nomeadamente os problemas de água, saneamento, electricidade, redes de comunicação e estruturação dos arruamentos, e para servir de interlocutores junto da Câmara Municipal de Oeiras e da Junta de Freguesia da Amadora, os moradores organizaram uma Associação de Moradores, em 1978, tendo eleito os seus representantes.

A Associação de Moradores do Bairro Alto da Cova da Moura empenhou-se desde o início desenvolvendo diversas acções e reclamações junto das entidades, para que o bairro seja melhor servido das infra-estruturas urbanas. Com a melhoria das condições de habitabilidade, o bairro continua a receber mais habitantes, aumentando significativamente a dimensão populacional e a densidade de ocupações.

Comparativamente com os outros casos já abordados neste capítulo, esta zona urbana é uma área consolidada com uma estrutura viária relativamente clara. Os becos dão acesso às ocupações no interior dos quarteirões e revelam a alta densidade de ocupação do solo.

O bairro tem vindo a tornar-se cada vez mais numa zona vinculada à comunidade africana, principalmente cabo-verdiana. Nos últimos anos, desde a demolição do Casal Ventoso, o bairro passou a estar associado também à criminalidade e tráfico de droga, imagem negativa que foi muito veiculada pelos media.

Dos cerca de 5.500 habitantes, 45% tem idade inferior a 24 anos, o que revela ser uma população jovem. Os problemas de âmbito sociológico e a questão habitacional, tanto da legalização das ocupações como das suas condições de habitabilidade numa área muito densificada, são evidentes.

Foi no sentido de lutar contra a acentuada imagem de bairro de degradação social e urbana, vítima de exclusão social, que se formaram para além da Associação de Moradores, a Associação de Solidariedade e a Associação Cultural Moinho da Juventude. A Associação de Moradores tem uma acção mais concentrada na representação legal dos moradores e na defesa dos seus interesses junto do poder autárquico na luta pela recuperação e legalização do bairro.



14 - Características típicas deste tipo de bairros: becos resultantes da forma densificada de ocupação
Fonte: autora – Cova a Moura, Abril 2010

A Associação de Solidariedade do Alto da Cova da Moura, iniciou-se nos anos 80 como um clube desportivo e desde então teve como objectivo promover o desporto, a cultura e o recreio como forma de transmitir mais segurança e estabilidade para os moradores do bairro. Já com o estatuto de Utilidade Pública, é reconhecida e trabalha junto de outras instituições de solidariedade com actividades culturais, apoio a nível da educação e acompanhamento social. A Associação Cultural Moinho da Juventude nasce também na década de 80 e funciona como um projecto comunitário que desenvolve acções a nível cultural, social, económico e educacional para jovens, crianças e adultos. Qualquer uma destas associações tem tido um papel fundamental na melhoria das condições de vida da população do bairro, quer a nível da habitação, como da saúde ambiental do bairro e da sua legalização.

No que diz respeito a intervenções urbanas, em 2002 foi desenvolvido um plano de intervenção urbana por uma empresa privada contratada pela Câmara Municipal mas visava renovação do bairro, com destruição da maioria do seu tecido urbano, o que foi muito criticado pelas associações do bairro que se organizaram e criaram a Comissão de bairro, integrando as várias associações com vista à defesa da preservação e qualificação do bairro.

Só em 2005, se inicia o processo que visa a qualificação do bairro, com lançamento da iniciativa nacional “Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos” sob a coordenação da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades como uma estratégia da Política de Cidades. O Governo escolheu três bairros pilotos para lançamento da iniciativa, sendo um deles o Bairro da Cova da Moura. Pretendeu-se, deste modo, testar uma linha experimental de desenvolvimento de metodologias e modelos de intervenção, gestão e financiamento que possam constituir um conjunto de medidas e instrumentos, passíveis de mais tarde servirem de objecto para uma aplicação mais alargada. Assim, a iniciativa “Bairros Críticos” assenta nos seguintes pressupostos:



15 - Importância do trabalho social desenvolvido pelas associações, tais como a Associação Moinho da Juventude
Fonte: autora – Cova da Moura, Abril 2010

- Um envolvimento interministerial formalizado, no sentido de assegurar a concertação das iniciativas e a definição das prioridades;
- A participação dos Parceiros Locais na própria definição e concepção dos Planos de Intervenção;
- O desenvolvimento de parcerias público-público e público-privadas, aos vários níveis, quer em matéria de modelo de financiamento, quer no que se refere aos modelos de gestão de projectos;
- Fazer depender os Planos de Acção e os Modelos de Financiamento e de Gestão de um trabalho participado por representantes dos Ministérios envolvidos e Parceiros Locais (concepção e execução).

Nessa fase experimental a iniciativa abrangia apenas três bairros: Cova da Moura (Lisboa), Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto). Cada um destes territórios apresenta particularidades distintas e com isso pretendeu-se ilustrar problemas-tipo distintos. O bairro da Cova da Moura seria ilustrativo de uma situação de impasse na definição de soluções quanto ao futuro daquele território. O bairro do Lagarteiro reflecte a necessidade de intervenções estruturais para que o bairro obtenha uma integração sócio-urbanística na malha urbana da cidade. Com a escolha do Vale da Amoreira surge no sentido de se desenvolver e consolidar dinâmicas precedentes de intervenção, visando a sua integração e sustentabilidade (MAOTDR, 2006).

Na definição dos programas de intervenção estiveram envolvidos, para além dos Grupos de Apoio Técnico (GAT), grupos de entidades públicas e privadas e representantes da população dos bairros em questão. As metodologias para concretização dos trabalhos foram sendo definidas com vista a que a população fosse sempre auscultada e um parceiro activo integrando os grupos de trabalho.



16 - As vias urbanizadas nas zonas ocupadas por portugueses retornados das colónias distinguem-se das vias nas zonas informais ou de génese ilegal ocupada, principalmente, por imigrantes africanos
Fonte: autora – Cova da Moura, Abril 2010

Outra técnica usada foi a formação de grupos de trabalho temáticos, para facilitar o desenvolvimento de eixos de intervenção.

Para o bairro da Cova da Moura, em particular, foi criado de forma participada um plano de acção, que aborda as questões chave para a intervenção, tal como é referido no diagnóstico (Volume I) da Operação Cova da Moura, enquadrada na Iniciativa Bairros Críticos:

- **Regularização fundiária**

As construções do bairro foram construídas ilegalmente e assentam em parcelas públicas e privadas. É uma situação que precisa de ser regularizada para interesse tanto dos proprietários, como das autoridades e dos próprios moradores.

- **Reabilitação urbana e da habitabilidade das construções**

O bairro e suas construções não foram objecto de um planeamento urbano ou projecto de arquitectura. Os arruamentos e os espaços públicos não estão estruturados com as condições e qualidades necessárias para o uso que lhes é dado. A reabilitação devido à densidade dos quarteirões, à qualidade das construções e à própria estrutura urbana existente poderá ter de implicar, a demolição de algumas dessas construções. Face a estas questões, foi sendo debatido por profissionais e técnicos da área a possibilidade de se propor um regulamento específico para este tipo de construções, cujas normas sejam menos exigentes que o regulamento nacional mas que garanta que as construções se tornem estruturalmente mais seguras.

- **Actividades ligadas à venda e consumo de drogas**

Esta questão é provavelmente o maior problema social que atinge o bairro. A Cova da Moura é um dos pontos pertencente às rotas nacionais e internacionais de tráfico de droga. O consumo de droga por parte de residentes do bairro aparenta ser relativamente reduzido comparando com a venda que tem muito mais expressão.

O tráfico da droga na Cova da Moura é essencialmente feito por imigrantes a residir há pouco tempo no bairro e por pessoas não residentes, mas que têm ligações com moradores, família ou conhecidos do bairro. As actividades ligadas ao mercado da droga são muito aliciantes para a imensa população jovem residente. Facilmente recebem em

troca artigos de consumo e moda cobiçados por não terem poder de compra, crescendo cada vez mais o ciclo de dependência, ainda que indirecta.

- **(In) Segurança**

A “cultura de insegurança” vivida no bairro está associada a vários factores que caracterizam aquele local. “A *insegurança ligada ao futuro incerto das casas*” é naturalmente um reflexo da consciência da ilegalidade das habitações, que as põem em situação vulnerável de serem demolidas ou retiradas da posse dos moradores.

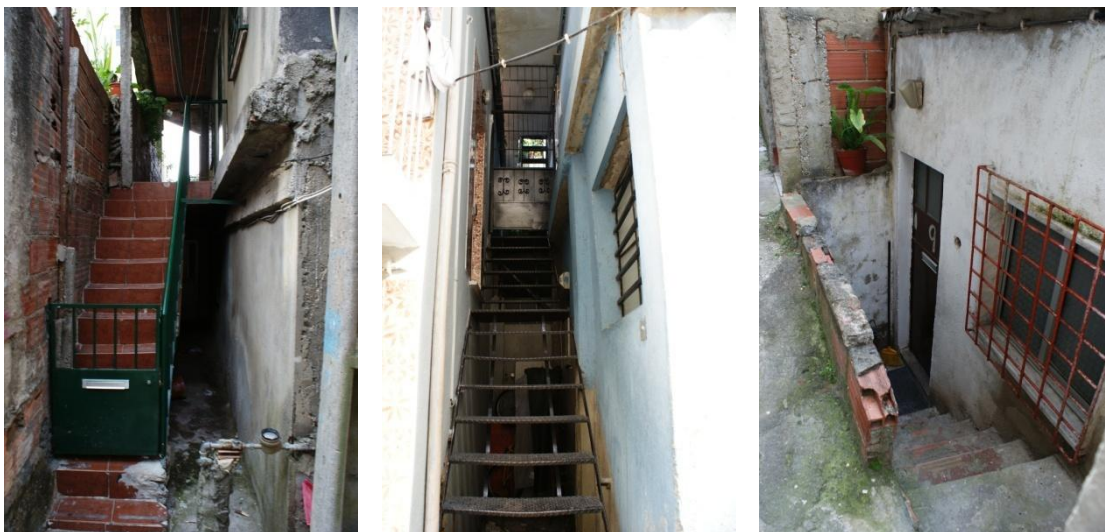
Outro factor para a afirmação desta cultura tem a ver com “a *insegurança ligada à existência, diária e corrente, de actividades marginais nos espaços públicos*”. Isto é o resultado do ambiente de tensão existente num local que é palco de tráfico de droga e de criminalidade associada aquelas actividades. “A *insegurança ligada aos sentimentos de exclusão e estigmatização assentes na má imagem e no isolamento sócio-espacial*” são de certa forma causa e consequência do quadro que a população externa ao bairro e a própria comunicação social pinta sobre a Cova de Moura. Sendo um bairro de génese ilegal, habitado essencialmente por imigrantes africanos, sem nenhum equipamento público atractivo à população externa, e associado à criminalidade e tráfico de drogas, a Cova da Moura não está livre desses preconceitos por parte da sociedade em geral e do sentimento de insegurança por parte dos moradores.

- **Juventude da população**

Comparativamente à envolvente, Damaia e Buraca, e até mesmo a todo o Concelho da Amadora, o bairro da Cova de Moura tem uma população residente muito mais jovem. De acordo com os dados apresentados pelo MAOTDR no documento de apresentação da Iniciativa Bairros Críticos, o grupo de jovens com idade abaixo dos 14 anos representa 22% da população total, sendo que em todo o concelho não atinge sequer os 15%. Os jovens até aos 24 anos são quase 45% da população. Embora a população idosa apresente uma tendência de crescimento, o bairro da Cova da Moura tem uma população muito jovem, carecendo de infra-estruturas em número suficiente que proporcionem acompanhamento e incentivem à integração e educação apesar das actividades louváveis desenvolvidas pelas associações locais.

- **A dinâmica do tecido económico interno**

Existe um conjunto de estabelecimentos de comércio e serviços que se consideram não negligenciáveis, e que têm algum destaque e valor para a população e atraem alguns visitantes. Esse tecido económico do bairro consegue satisfazer minimamente as necessidades diárias da população, dá alguma vitalidade e originalidade, gera alguns rendimentos e ainda assegura um determinado número de emprego. Estima-se um valor de 12 a 18% do emprego total da população. Tudo isto implica um significado positivo para os moradores do bairro.



17 - O acesso às habitações é dificultado devido à forma densificada de ocupação
 Fonte: autora – Cova a Moura, Abril 2010

- **A originalidade das ligações a África e da presença cabo-verdiana**

O facto de ser uma zona habitada essencialmente por população de origem africana confere alguma originalidade no tipo de produtos, principalmente cabo-verdianos, disponíveis nas actividades económicas referidas no ponto anterior. Esta particularidade acaba por de certa forma atribuir ao bairro uma “marca de especialidade” inserida, principalmente, no contexto da Área Metropolitana de Lisboa.

- **O significado do capital social existente no Bairro, quer ao nível dos residentes, quer ao nível das instituições de base local**

Se se entender capital social como sendo “a associação entre a densidade relacional existente entre os actores e os elementos que sustentam essas relações” (MAOTDR, 2006), pode-se dizer que a Cova de Moura é um bairro cujo capital social tem um valor bastante significativo. A veracidade desta afirmação é clara, analisando do ponto de vista das relações entre a população e as instituições locais. Além da forte identidade local e sentido de comunidade, a capacidade de mobilização por parte das associações locais na representação dos interesses do bairro é também significativa. Note-se que fazendo a análise do quadro de relações com os agentes e populações externas ao bairro, o capital social apresenta-se em défice. Porém, e para compensar este défice, os residentes conseguem manter uma capacidade de comunicação a longa distância com parentes instalados noutros países. É bastante positivo para o bairro da Cova da Moura, perante as condições sociais, urbanas e de habitabilidade, conseguir manter um bom nível de capital social das suas organizações, e bastante mais significativo comparativamente a outras associações de outros bairros com problemáticas idênticas.



18 - A localização do bairro da Cova da Moura permite que se tenha uma vista privilegiada sobre a cidade em vários pontos do bairro
Fonte: autora – Cova da Moura, Abril 2010

Fazendo uma reflexão sobre todos estes aspectos referidos, pode-se concluir que o bairro da Cova de Moura apresenta um conjunto de aspectos problemáticos a vários níveis que o incluem no grupo de bairros considerados críticos e que necessitam uma intervenção a nível social e urbano. Contudo, comparativamente com outras zonas críticas e de génese ilegal e até mesmo com determinados bairros “legais”, este bairro apresenta elementos culturais e formas de vivência, ocupação e uso do espaço público que o torna mais qualificado e com características muito particulares e de algum interesse.

Assumindo todas estas considerações, foram discutidas pelo GAT (Grupo de Apoio ao Trabalho) no quadro da iniciativa Bairros Críticos duas soluções antagónicas: uma seria a renovação completa do bairro, ignorando toda a sua memória local e os elementos de origem que ainda se mantêm; a outra solução seria a reabilitação, só se recorrendo à renovação em casos muito pontuais e tentando resolver problemas causados pela densificação nas últimas décadas. Em qualquer uma destas situações ou na combinação das duas, deveria manter-se o potencial da forte identidade existente e inserir num contexto de um processo fortemente participativo.

Uma perspectiva abrangente deveria ter em consideração quatro dimensões muito importantes para o caso concreto da Cova da Moura:

- Dimensão Social – que faz uma ponderação sobre os efeitos que as soluções propostas vão ter sobre os desejos da população do bairro e da envolvente, os conflitos e as tensões existentes;

- Dimensão Jurídica e Fundiária – que questiona a problemática da propriedade dos terrenos, o melhor modelo de gestão e os custos associados;
- Dimensão Económica – procura a solução para actividades informais e a definição das actividades económicas que devem ou não ser preservadas e apoiadas;
- Dimensão Cultural e Simbólica – a memória do lugar e todas as particularidades que a origem africana da população transportam para o espaço público e as suas vivências, são também um elemento fundamental no processo de reflexão e tomadas de decisão.

Em Março de 2010 a Câmara Municipal lançou finalmente um concurso para elaboração do Plano de Pormenor para o bairro. Há uma preocupação por parte dos técnicos urbanistas e arquitectos no sentido de, embora se pretenda reestruturar e reordenar o bairro, manter-se a urbanidade e os valores culturais que a população atribuiu ao local.

2.7 Notas conclusivas

Cada caso é um caso, as zonas urbanas críticas de assentamentos informais com mais ou menos precárias condições de habitabilidade associadas a problemas sociais, mais ou menos graves, têm a sua própria origem, inserida num contexto histórico e cultural específico, o que deveria implicar uma maneira de tratar também específica. Contudo, estas situações em estudo, áreas informais ou de génese ilegal, peri-urbanas ou mais centrais, nos países em desenvolvimento, requerem princípios condutores de intervenção.

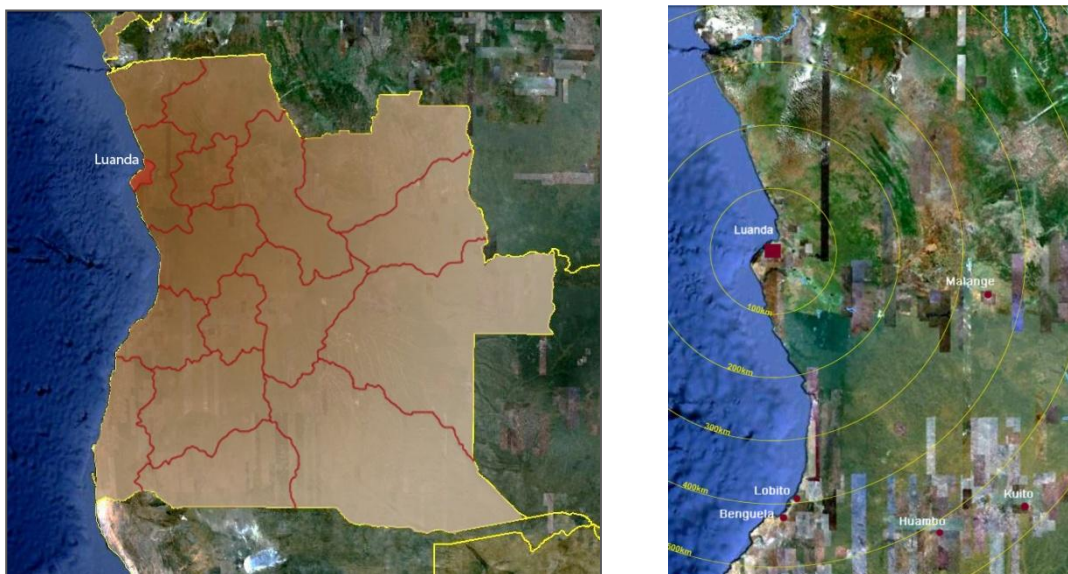
Com base nas experiências abordadas anteriormente, é possível listar um conjunto de medidas fundamentais a tomar em intervenções em zonas informais:

- Haver entendimento e conhecimento aprofundado do local, da população e das suas necessidades
- Ganhar proximidade e facilidade de comunicação com a população residente e todos os beneficiários
- Estruturar e hierarquizar um plano de acções, dando prioridade sempre as necessidades dos beneficiários, reclamadas pelos próprios
- Incentivar a participação activa dos beneficiários da intervenção desde a concepção à construção
- Incentivar a formação de grupo dinamizadores que representem a comunidade e as suas carências e necessidades
- Desenvolver infra-estruturas urbanas e sociais que promovam a integração social, uma maior identificação e reconhecimento do local
- Definir e regularizar os direitos de ocupação da terra
- Medidas políticas e administrativas no sentido de se proporcionar a integração das zonas peri-urbanas segredadas no contexto cidade formal
- Reconhecer a importância da parceria público-privada para investimento da intervenção

- Traçar planos de acção para o futuro das zonas que sofreram as transformações de melhoramento, para que haja um tratamento de manutenção evitando o retorno à situação de degradação

Tendo em conta a dimensão das áreas a intervir, a quantidade de população carenciada de pessoas envolvidas e ainda todas as implicações das intervenções que dão benefícios a uns e prejuízo a outros, torna-se muito difícil de conseguir pôr em prática todo este leque de medidas. Contudo, não há dúvida que se este conjunto de medidas fizer parte das acções de intervenção em zonas urbanas críticas, a possibilidade de sucesso é maior.

Os próximos capítulos reflectem sobre os paradigmas de intervenção, especificamente nos musseques da cidade de Luanda, em Angola.



19 - Mapa de localização de Luanda; distância relativamente às cidades principais mais próximas
Fonte: autora

3. Luanda e os seus Musseques

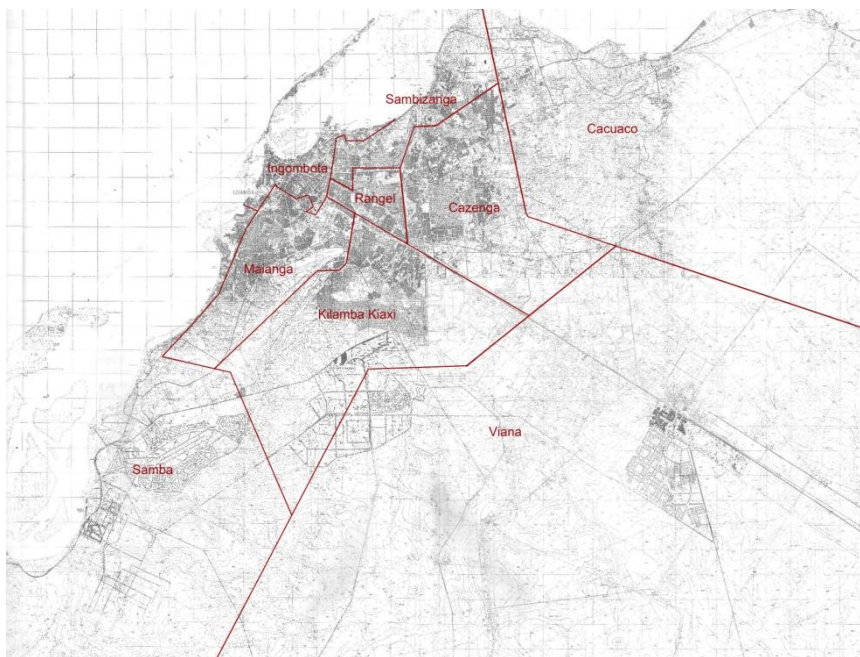
3.1 Enquadramento geral da capital

Angola é um país com 1.246.700 km² de superfície e uma população estimada em cerca de 14 milhões de habitantes. O país teve a presença dos portugueses durante cerca de 400 anos, foi delimitado como colónia portuguesa na Conferência de Berlim de 1885, tendo conquistado a sua independência em Novembro de 1975 depois de dez anos de luta de libertação anti-colonial. Pouco depois da declaração de independência iniciou a guerra civil, que durou quase 30 anos e só terminou em 2002, após a morte do líder do maior partido da oposição.

Durante estes anos de guerra civil, deslocaram-se de todo o país para as cidades, principalmente Luanda, muitas pessoas em busca de mais segurança. Desta forma, com este processo de êxodo rural acelerado para a capital, Luanda teve um aumento demográfico enorme num período de tempo relativamente curto. Este é um dos principais factores que explica a grave situação urbana em Luanda, que se vai abordar neste estudo.

Ao nível da divisão político administrativa, actualmente o território angolano está dividido em 18 províncias. A cidade de Luanda, capital política e administrativa, cujos limites não estão bem definidos, confunde-se com a província do mesmo nome. Note-se que, a divisão administrativa colonial incluía o território da actual província do Bengo no então designado distrito de Luanda.

A província de Luanda está dividida em nove municípios – Ingombota, Maianga, Rangel, Sambizanga, Cazenga, Kilamba Kiaxi, Samba, Cacuaco e Viana – que se subdividem em comunas. A cidade formal, também chamada “cidade do asfalto”, abrange o município da Ingombota e parte dos municípios da Maianga e do Sambizanga.



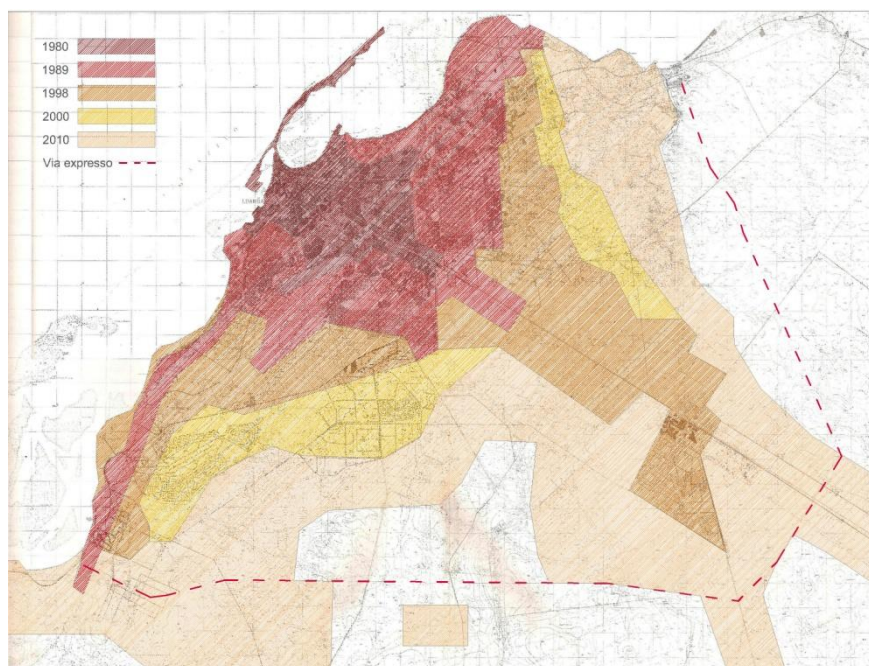
20 - A província de Luanda é constituída por nove municípios
Fonte: autora

Pela sua localização, Luanda tem um óptimo enquadramento natural e durante quase todo o ano tem um clima quente muito agradável. Localizada no litoral, os rios Kwanza e Bengo são a base dos recursos hídricos. A cidade e o seu interior têm tributos naturais favoráveis para que hajam boas condições físicas e naturais para uma boa qualidade de vida em geral.

O ambiente urbano edificado de Luanda está constituído por duas partes distintas: a cidade formal, estruturada no tempo colonial com uma rede viária planeada e as respectivas infra-estruturas urbanas; e os “musseques” então destinados à população nativa, desenvolvidos na periferia da “cidade do asfalto”, em terra batida, com habitações de piso único, construídas em talhões, atingindo na época colonial densidades entre 400 e 500 habitantes por hectare.

Estima-se que a cidade de Luanda tenha acolhido cerca de 20% da população total do país. As outras três cidades mais populosas a seguir à capital são Benguela, Huambo e Lubango, com 10% as duas primeiras e 5% a última (Gameiro, 2001). Saliente-se que todo o restante território angolano é maioritariamente rural.

Em 1980, o território urbano de Luanda era de 50,10km², um terço dessa área não sendo urbanizada; em 1989 houve uma expansão do território urbano de Luanda para 103,04km². O período em que Luanda sofreu de forma mais acentuada esse crescimento urbano exponencial foi entre 1989 e 1998, como reflexo de uma intensificação da guerra civil, tendo o território urbano de Luanda passado para 249,35km², em 1998. Nesta fase já mais de metade do território não era urbanizado, ou seja, correspondia às áreas informais. No ano 2000, a área de expansão urbana cresce para 270,05 km² e a projecção para 2010 era de 350,00km², de acordo com informação recolhida junto de entidades vinculadas ao Ministério do Urbanismo e Construção (Gameiro, 2001).



21 - Identificação das fases de expansão do território urbano e periferia de Luanda
Fonte: autora

Luanda é marcada por uma grande desigualdade social com rendimentos anuais muito díspares. Existem dois extremos, uma classe de rendimento muito alto, que representa uma minoria, e uma classe, que constitui a maioria da população em acelerado crescimento, encontrando-se alta percentagem em situações de “indigência”, abaixo da linha de pobreza e carência de urgente assistência (Gameiro, 2001). Entre estes dois níveis sociais extremos, existe um grupo pertencente à classe média e outro grupo, muito maior, de rendimento baixo.

As classes alta e média habitam a cidade formal e em zonas pontuais urbanizadas nas novas áreas de expansão da cidade, onde co-habitam com alguma população de rendimento baixo e em situação de indigência. Mais de metade da população de Luanda, ou seja, o grupo das duas classes mais baixas, ocupam as áreas informais, zonas consideradas não urbanizadas, ou em assentamentos recentemente desenvolvidos pelo governo, no processo de realojamento para libertação e urbanização dos musseques na cidade formal.

“Actualmente, Luanda encontra-se num ponto decisivo em termos de desenvolvimento. Como a cidade experimenta um crescimento e desenvolvimento económico e populacional rápido, a sua estrutura, está sendo afectada de tal forma que enfrenta cada vez mais um formato físico disperso, e cada vez mais difícil de controlar e administrar. Qualquer nova proposta de desenvolvimento deve ser considerada para a direcção estratégica estabelecida por um Plano Estruturado, a fim de assegurar que a cidade cresça de maneira coerente e coordenada. Também há uma necessidade clara e urgente de abordar a situação precária da maioria da população da cidade, com 80% das pessoas vivendo em desenvolvimentos informais do tipo musseque.” (Plano Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo – 2008, Dar al-Handasah).



22 - As tão diferentes realidades sociais co-habitam o mesmo espaço na cidade de Luanda; no topo do mesmo morro localizam-se uma habitação de luxo e logo a seguir ocupações informais sem saneamento e rodeadas de lixo
Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010

3.2 Crescimento e desenvolvimento urbano da cidade de Luanda desde a ocupação colonial à situação actual

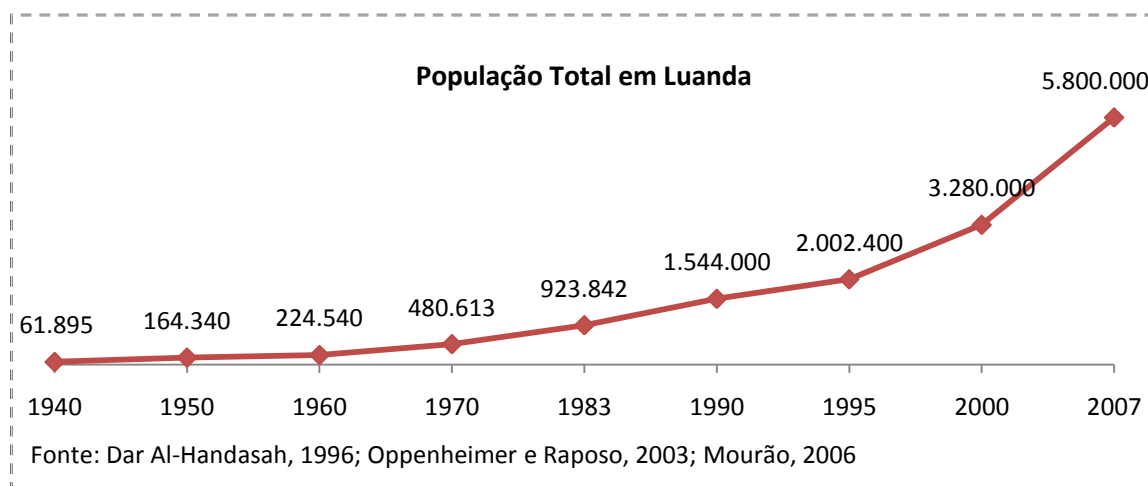
Luanda foi fundada em 1575 com a chegada de Paulo Dias de Novais. O povoamento iniciou-se em torno da fortaleza erguida numa elevação junto à baía de Luanda. A nomeação de “Loanda” foi dada em meados do século XVII. Até então a cidade era designada por São Paulo de Assumpção cujo núcleo nasceu com a construção do hospital e da Igreja na hoje ainda chamada Cidade Alta. (Amaral, 1968; Dar al-Handasah, 1997: 2.1; Martins, 2005)

A cidade desenvolve-se em dois níveis muito marcantes:

- A Cidade Alta, onde se localizam o centro administrativo, o governo, as residências dos funcionários superiores e o palácio episcopal;
- A Cidade Baixa, que iniciou o seu crescimento na parte baixa a sul da Fortaleza e desenvolvia-se em direcção à Corimba, ao longo da qual se localizavam algumas pequenas habitações e abrigos temporários de escravos para serem posteriormente transportados por navios.

Após a abolição da escravatura, em 1836, Luanda sofre uma crise económica e social que faz com que grande parte da população europeia abandone a cidade. Esta crise, no início do século XIX, teve reflexos negativos na cidade, tais como: construções de fraca qualidade, descarga de esgoto na praia, lixo acumulado ao longo das vias e o abastecimento de água através de maiangas, cujos barris eram transportados desde os rios Kwanza e Bengo.

Em 1862 começam a ser introduzidas as primeiras normas de construção, que levam à demolição das cubatas, sendo os seus residentes africanos realojados em comunidades da periferia da cidade, em zonas que passaram a ser conhecidas por musseques. Nesta época, a grande área fora dos limites da cidade correspondia a uma cintura verde onde se desenvolviam plantações de algodão, legumes e tapioca.



No final do século XIX iniciou-se a implantação das infra-estruturas urbanas, nomeadamente rede telefónica, rede de abastecimento de água, sistema de iluminação pública a gás, caminhos-de-ferro e outros grandes projectos de desenvolvimento urbano como resultado do progresso económico que a cidade vivia.

A partir de 1930, é introduzido o abastecimento de energia eléctrica na cidade que foi crucial para o seu crescimento e desenvolvimento. A população branca cresce e passa a ocupar a zona que fica entre a baixa da cidade e os musseques da periferia.

Nos anos 1940 o panorama da cidade apresentava uma densidade populacional baixa com moradias de dois pisos e jardins. O transporte público era o comboio interurbano. Após este período de progresso, a cidade passa por uma crise económica e financeira que dura até à segunda guerra mundial.

A partir do ano de 1945, com a construção do porto de Luanda, de estradas e o aumento da exploração mineira e agrícola, a então colónia passa por um rápido crescimento económico associado a um crescente processo de industrialização, o que proporciona um aumento dos movimentos migratórios de portugueses vindos da metrópole e até mesmo de população de outras “províncias ultramarinas” portuguesas. Desta forma, nas décadas de 1940 a 1960 houve um crescimento exponencial da população da cidade de Luanda de cerca de 61 mil para 224,5 mil habitantes (Dar al-Handasah, 1996: 2.3.).

Isso fez com que os limites da cidade, que se haviam mantido inalterados durante dois séculos, se estendessem formando-se novos bairros tais como o Bairro da Ingombota e Maculusso.

“A cidade urbanizada e branca começou uma expansão acelerada através de tentáculos que penetram nos vários blocos dos musseques, que eram forçados a retirar-se para distâncias cada vez maiores” (Amaral, 1968).



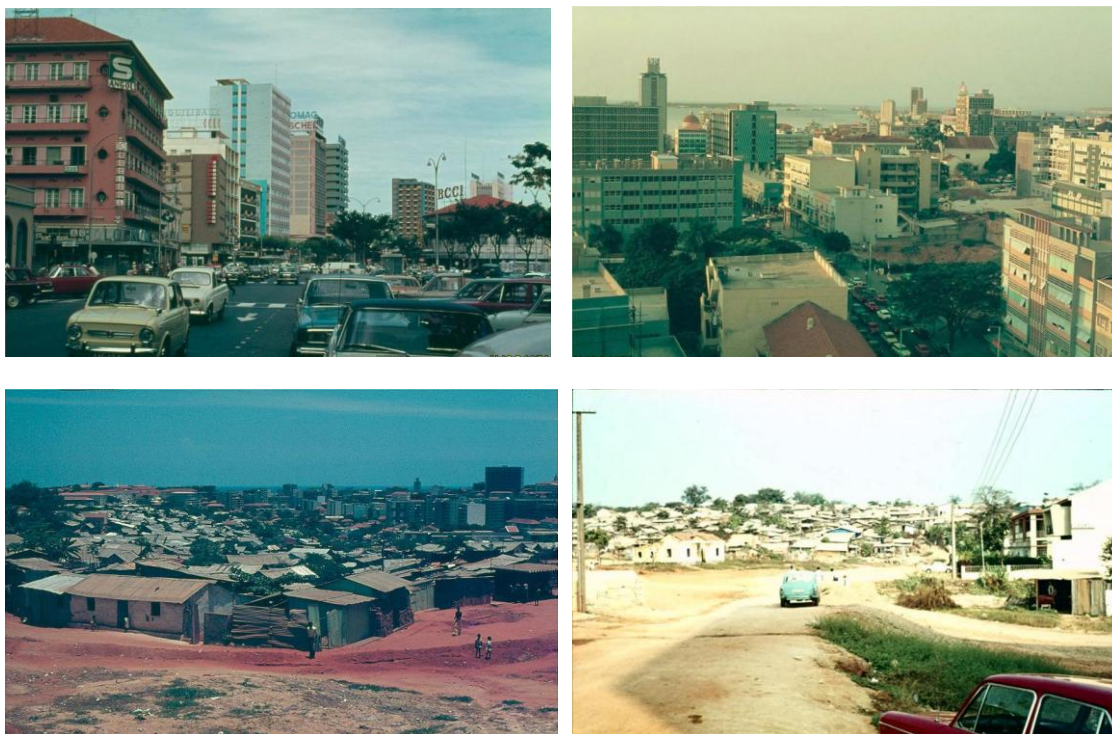
23 - Imagens da cidade formal de Luanda na década de 1960

Fontes: <http://www.4cce.org/angu.html>; <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/angola.htm>; <http://fotografiaexadres.blogspot.com/>

No início dos anos 1970 a população rondava os 480.613 habitantes, sendo a população branca inferior a 26% deste total. Houve nesta fase um aumento da população negra, 50% dos residentes dos musseques eram nativos angolanos, de origem dos povos Umbundu (74%), Ovimbundo (18%) e Bakongo (6%).

Com o desenvolvimento das actividades económicas, a cidade Baixa expandiu-se até o novo porto, tornando-se o lugar ideal para o comércio, administração pública e outros serviços. O valor dos terrenos sobe e os espaços livres e verdes em redor das construções de baixa altura existentes, passam a ser ocupados por edifícios mais altos, iniciando-se a transformação do centro histórico. Hoje é na Cidade Alta que ainda se mantêm grande parte dos edifícios da arquitectura colonial do fim do século XIX e princípios do século XX. Esta zona da cidade considera-se protegida, pois aqui se encontram alguns serviços públicos e grande parte das residências das entidades militares e do Governo.

Os musseques eram cada vez mais habitados por população migrante vinda das áreas rurais, com poucos meios e sem capacidade de se instalar na cidade formal. Essa população migrante foi estimada em 8.300 habitantes por ano no período entre 1950 e 1960 e aumentou 25 mil habitantes em cada ano no período entre 1960 e 1970.

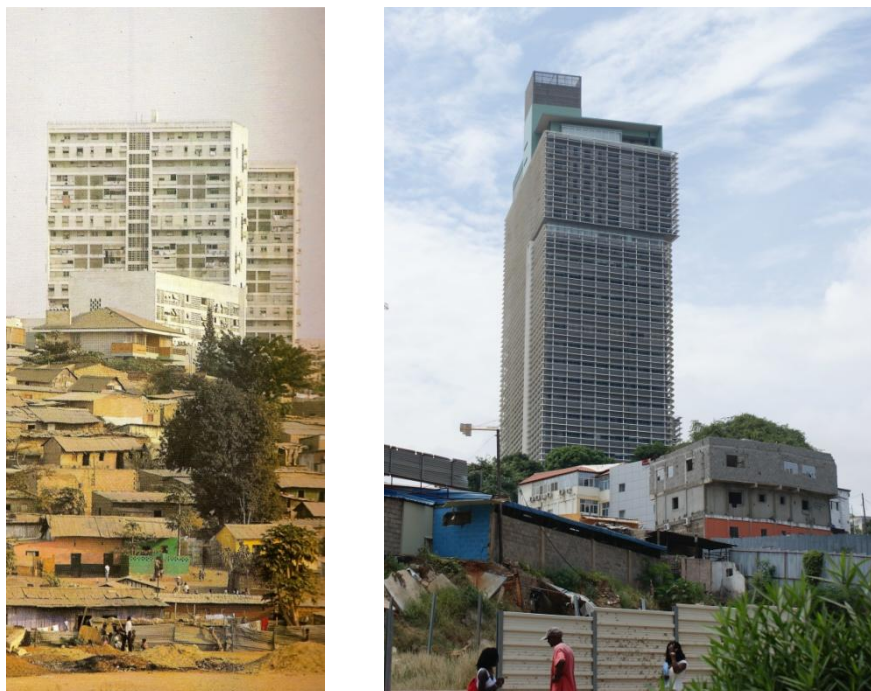


24 - Imagens da cidade formal (zona da Baixa de Luanda) e de bairros da periferia (musseques) em 1973 e 1974
 Fonte: Henrique J.C. de Oliveira, www.prof2000.pt

Os serviços urbanos tiveram um crescimento lento, de tal forma que o sistema de abastecimento de água implantado em 1952 só aumentou a capacidade em 1971. O consumo de energia aumentou significativamente no período entre os finais dos anos 1950 e os finais dos anos 1960, havendo a necessidade de se recorrer ao abastecimento adicional da barragem de Cambambe, no rio Kwanza. A população dos musseques que, em 1971 era de cerca de 200 mil habitantes, não foi abrangida por nenhum destes serviços públicos, dependendo apenas de abastecimento de água por chafarizes. O crescimento da cidade foi de tal forma galopante que em 1971, já se recomendava a necessidade de transferência do aeroporto para o Sul da Barra do Rio Kwanza.

No período antes da independência, em 1974-1975, Luanda foi alvo de conflitos violentos devido à guerra contra o colonialismo que se alastrava a todo o país. Com a declaração da independência a maioria da população branca regressou a Portugal. Assim, as áreas residenciais da “cidade do asfalto” começaram a ficar vazias com o abandono dos colonos sendo posteriormente ocupadas por angolanos regressados do exílio, por populações oriundas das regiões mais críticas do território abrangidas pela guerra e populações que procuravam alternativas de sobrevivência.

Estas populações foram também ocupando zonas já destinadas a urbanização mas que ainda não eram servidas por infra-estruturas devidamente concluídas. Os migrantes rurais que afluíram à cidade neste processo pós-independência ocuparam preferencialmente zonas que até então eram previstas para cintura verde. Os musseques que nesta fase emergiram localizavam-se em zonas cada vez mais distantes do centro da cidade, como o caso do Golf e da Petrangol.



25 - Dualidade entre as construções informais e os edifícios da cidade formal
 Fonte: Luandando, Pepetela, 1990; autora – Luanda, Fevereiro 2010

Constatou-se também que nos musseques, as casas abandonadas com melhores condições eram ocupadas pelos recém-chegados e vizinhos, tal como na cidade se ocupavam, as melhores casas zonas privilegiadas. Na Baixa da cidade, por exemplo, houve uma grande ocupação por uma comunidade de regressados, vindos do estrangeiro, especialmente da antiga República do Zaire. Esse processo de ocupação da urbe por população oriunda do musseque e de cultura rural, a par do desaparecimento da estrutura urbana e da retirada das pessoas responsáveis pela manutenção dos serviços urbanos, causaram uma grande deterioração na parte urbanizada de Luanda. As infra-estruturas estavam subdimensionadas para o aumento de população. Esta não tinha hábitos de vida adequados ao novo tipo de alojamento. A transição rápida da casa térrea, com área social ao ar livre e sem saneamento, para uma vida em apartamento de prédios providos de elevadores, acessos verticais e espaços sociais interiores comuns levou à degradação dos edifícios.

Este processo de êxodo para a capital explica a heterogeneidade da população residente nas zonas peri-urbanas da cidade, vindas das zonas mais específicas do imenso território de Angola. Nesta fase a cidade cresceu principalmente a nível populacional e não tanto em termos de área: os musseques pouco se estenderam para as áreas adjacentes. No início dos anos 1980, Luanda apresentava um total urbano de 934.881 habitantes, de acordo com o censo de 1983 (Pepetela, 1990: 121).

Depois dos anos 1980, no período entre 1985 e 1995, a cidade foi crescendo ao longo das vias principais de penetração (estradas de Cacuaco, Catete e estrada para a Barra do Kwanza), confinando as zonas irregulares. A área urbana de Luanda estendeu-se para Sul com o desenvolvimento dos bairros Prenda e Rocha Pinto e para Leste atingindo o limite administrativo entre Luanda e Cacuaco. Estas ocupações aleatórias e densificadas junto às vias de penetração dificultaram mais tarde, o programa de reabilitação das estradas obrigando à expropriação das construções à população.



26 - Edifícios incompletos sem infra-estruturas e segurança são ocupados informalmente; edifícios sobrepovoados
Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010



27 - Edifícios incompletos e com algum nível de degradação são habitados por dezenas de famílias; a dificuldade de circulação rodoviária na baixa da cidade é consequência da rede viária e estacionamento cada vez mais insuficientes
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/>

Com o decorrer dos anos, o agravar da guerra civil pelo território angolano, o continuo fluxo do êxodo rural e o colapso da economia, Luanda assiste nos anos 1990 a extensão maciça dos seus musseques em curto espaço de tempo. Os municípios periféricos de Cacuo, Viana, Kilamba Kiaxi e a Samba foram novos municípios que foram densamente ocupados nesta fase. As construções e ocupações destas zonas tornavam-se cada vez mais aleatórias e desordenadas.

Qualquer tipo de espaço vazio era ocupado, incluindo zonas de risco, como linhas de água, margem da estrada ou da linha ferroviária, ou terrenos reservados a fábricas, por exemplo. As casas construídas pelos próprios proprietários, representam um grande esforço por parte de toda a família, por isso levam sempre alguns anos a serem concluídas. Geralmente a construção é feita em blocos de cimento e coberta em chapa de zinco.

No final dos anos 1990, os musseques tinham perdido a sua estrutura urbana inicial, na consequência de densificação de construções fora de controlo e da ocupação desmedida do terreno público.

Relativamente à cidade formal, o seu ambiente urbano degrada-se carecendo de uma intervenção de reabilitação igualmente complexa que nos musseques. A deterioração das infra-estruturas da cidade e dos edifícios expressa-se em:



28 - Na parte urbanizada de Luanda, embora se assista à reabilitação das vias e passeios, a rede viária e estacionamento são insuficientes; o sistema de drenagem das águas pluviais é ineficiente; a limpeza das ruas e recolha de lixo é deficitária
Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010

- Muitos edifícios sobrepovoados
- Edifícios cujo uso deixa de corresponder à função para a qual foi concebido
- Edifícios em estado de degradação com fachadas precárias, rotura das redes técnicas, elevadores destruídos, apartamentos queimados
- Determinadas áreas são ocupadas por construções do tipo musseque, ou seja, construções de baixo nível de qualidade e muitas delas inacabadas
- O abastecimento de água e energia é insuficiente
- A rede de esgotos torna-se obsoleta
- O depósito e recolha de resíduos sólidos são ineficientes
- A rede viária foi-se tornando cada vez mais insuficiente
- Os transportes públicos são deficitários
- O estacionamento é praticamente impossível.

Com o final da guerra civil em 2002, houve um crescimento económico a larga escala, tendo-se privilegiado projectos urbanos para o centro e periferia da cidade. Destaca-se a parceria com o sector privado, para o desenvolvimento urbano, com uma abordagem tendencialmente virada para grupos de rendimento médio e alto. A resposta às necessidades dos grupos de baixo rendimento a nível de habitação social e infra-estruturas ficou à responsabilidade do Governo Provincial e central.



29 - Junto aos novos limites, a cidade cresce e nascem novas urbanizações com habitação de renda alta, média e habitação social além de grandes equipamentos de comércio, serviços e educação
Fonte: autora – Luanda, Dezembro 2010



30 - Os novos bairros que desenvolvem nas zonas de expansão da cidade carecem ainda de infra-estruturas, apesar muitos lotes já estarem construídos com habitação e comércio
Fonte: autora – Luanda, Dezembro 2010



31 - A nova auto-estrada (via expresso) – pretende ser um foco de desenvolvimento, para as áreas de expansão a Sul e Norte de Luanda e definir um limite à expansão dos musseques
Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010

O crescimento urbano prosseguiu ao longo das principais vias de ligação do centro à periferia. Actualmente, com a conclusão da auto-estrada circular que liga a estrada de Cacucaco a Cabo Lombo (saída a Sul de Luanda), cruzando a estrada de Catete, e com o crescimento das áreas a Sul e a Norte de Luanda, prevê-se a alteração dos padrões de crescimento. Pretende-se que esta auto-estrada circular, para além de actuar como um foco de desenvolvimento, venha a constituir um limite à expansão dos musseques, através do controlo da ocupação dos terrenos disponíveis. A localização do novo aeroporto, para lá da auto-estrada circular, vai proporcionar o surgimento de uma nova zona urbana afastada do actual centro da cidade. Foram anunciados pelo Governo grandes projectos de urbanização para a área envolvente do aeroporto.

Os principais usos do solo mantêm a sua distribuição desde os anos 1990, nomeadamente: o CPA (Centro Político e Administrativo) estendeu-se da Cidade Alta para a Ingombota; as principais actividades comerciais e de serviços privilegiam a Av. Marginal; o pequeno comércio formal localiza-se na baixa da cidade; a indústria concentra-se no Cazenga, estrada da Boavista, estrada de Cacucaco-Viana e em Viana.

A cidade aparece como um permanente estaleiro de obras de grandes empreendimentos, deste condomínios luxuosos, edifícios de escritórios e habitação, centros comerciais, novas estradas, reabilitação de vias e passeios, até à pintura de fachadas. Por outro lado, continuam deficitárias as redes técnicas de água, esgotos e electricidade, tanto de edifícios como de vias públicas, a rede viária e o estacionamento são deficientes e insuficientes, assiste-se à ocupação ilegal de espaços públicos, à drenagem pluvial ineficiente, à recolha de lixo e limpeza de vias deficitária e a maioria dos edifícios estão em estado mais ou menos acentuado de degradação.



32 - A cidade de Luanda é hoje vista como um permanente estaleiro de obras de grandes empreendimentos para edifícios de habitação e escritórios e zonas comerciais
 Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010 (em cima); <http://www.skyscrapercity.com/> (em baixo)



33 - O musseque do Catambor resulta da ocupação informal dum vazio urbano entra os bairros da Maianga e do Prenda, tendo relação directa com a cidade formal; a co-existência de duas realidades muito distintas
Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010

A Luanda urbanizada, que engloba o centro e fragmentos até aos limites da cidade, é hoje marcada por uma dualidade entre novas construções e a degradação generalizada. Cresceu para o dobro da área num período de 10 anos, ocupando uma faixa de baixa densidade na direcção leste e sul.

Relativamente às áreas informais constata-se um desenvolvimento de mercados e actividades comerciais, como consequência da dificuldade de acesso ao transporte para o centro pela população de baixa renda. Os musseques de Luanda continuam hoje cada vez mais densos, com carência de infra-estruturas básicas, com estado precário nas poucas vias, nos passeios existentes e na iluminação pública, falta de recolha de lixo e de drenagem pluvial, dificuldade de acesso aos transportes públicos, etc. Os novos bairros de habitação social de renda baixa enquadram-se nestas características.

Em 2007 estimava-se que o território de Luanda ocupava uma área de 30,90 km² e tinha uma população de cerca de 5.800.000 habitantes (Dar al-Handasah, 2008). O próximo capítulo aborda o modo de vida nestas áreas conhecidas em Luanda como musseques.



34 - Vista aérea sobre o tecido urbano típico das áreas de musseque na periferia de Luanda
Fonte: Google Earth, 2010

3.3 Musseque _ Origem . População . Modo de vida . Conceito

“Musseques são bairros humildes de gente humilde” (A. Agostinho Neto, in Trilogia)

O conceito de musseque é hoje objecto de alguma polémica, pelas transformações que foi sofrendo ao adaptar-se ao longo do tempo às novas configurações de espaço urbano que a cidade foi tomando.

Do kimbundo, dialecto falado nas regiões mais próximas de Luanda, vem a origem da palavra musseque que significa areia ou terra vermelha. Esta era a descrição mais comum da condição geológica que caracterizava o tipo de zonas onde se localizaram os primeiros musseques, tal como se encontra descrito em documentos que datam do século XVII, como refere Pepetela (1990).

Com o fim do tráfico de escravos, a segregação racial e espacial da cidade aumenta e os musseques passam a designar os bairros de cubatas, de palhota e casebres no alto das barrocas na periferia da cidade onde vivia a população africana marginalizada.

Esse espaço onde habitava a mão-de-obra indígena foi posto de parte no processo de crescimento da cidade urbanizada. Claramente se distinguia, nesta altura, a população colonizada que ocupava os musseques da periferia e as classes dominantes coloniais que se instalavam nas áreas centrais da cidade.

Na sua obra *Luandando* (1990: 69), o escritor angolano Pepetela descreve o musseque do período colonial como o *“símbolo espacial duma diferenciação social com base na raça, embora nunca expressamente admitida e talvez nunca absolutamente realizada.”*



35 - Sanzala, assentamento informal em área rural no interior de Angola; construções de pau-a-pique
Fonte: autora – Angola, Fevereiro 2010

Os musseques foram surgindo nos arredores da cidade colonial, com nomes de grandes famílias tradicionais de Luanda, como por exemplo o musseque do Magalhães Silva, do Flores, de S. Torres ou o musseque Van-Dunem. Com o crescimento da cidade do asfalto, alguns musseques perderam o seu carácter peri-urbano permanecendo dentro dos limites da cidade colonial, densificando-se e estendendo-se.

Por outro lado, o processo de crescimento urbano da cidade conduziu ao desaparecimento de alguns destes musseques, que foram substituídos por zonas urbanizadas. Ao mesmo tempo, novas áreas na periferia foram sendo ocupadas pela população dos musseques cujas casas foram destruídas, dando origem a novos bairros de musseques.

Dos primeiros musseques que se conseguiram manter até ao período pós-independência podem-se nomear os que são classificados pelos Professor Fernando Mourão como muito antigos: Sambizanga, Mota e Marçal. Segundo esta classificação em função da antiguidade, encontram-se outros musseques menos antigos: Lixeira, Rangel, Caputo, Catambor, Prenda, Calemba e Samba Pequena. São classificados como novos: Cazenga, Cemitério Novo e Golfe; e como muito novos, o Palanka, Petrangol, Mulemba e Rocha Pinto. Apresenta-se uma classificação mais criteriosa e abrangente no capítulo seguinte.

Os tipos mais comuns das habitações destes bairros segundo o material de construção eram as casas de barro, as casas de pau-a-pique, as casas de adobe e as casas de madeira e zinco. Estes tipos encontram-se igualmente nas barrocas e nas cubatas das sanzalas no interior de Angola.

No período colonial, as habitações com melhor qualidade, eram de adobe e madeira tratada, e pertenciam na sua maioria a portugueses, cabo-verdianos ou santomenses. Hoje são vulgares nos musseques as construções de blocos de cimento e cobertura em chapa de zinco ou fibrocimento (Raposo e Salvador, 2007).



36 - Sanzala, assentamento informal em área rural no interior de Angola; construções em adobe
Fonte: autora – Angola, Fevereiro 2010

O terreno e os materiais de construção determinavam a forma das habitações, rectangular e o quadrangular. A forma redonda, de origem rural africana era já muito rara antes da independência.

Tal como acontece no “caniço” de Maputo, as habitações dos musseques, na sua grande maioria, têm a cozinha e a área de higiene no quintal nas traseiras da casa. O quintal representa um espaço muito importante de sociabilidade onde se passa grande parte do tempo, onde se fazem as refeições e os convívios familiares e onde se recebem os amigos (Raposo e Salvador, 2007). O interior da casa serve apenas para dormir e guardar os bens, segundo a prática da cultura camponesa.

Com o aumento da população, o crescimento da cidade e a densificação dos musseques, a área do quintal foi diminuindo. Os familiares que perderam suas casas com o avançar da cidade de asfalto e a demolição dos musseques constroem anexos nas áreas livres dos lotes dos seus familiares, instalados nos musseques que persistem. Também a população rural que vem para a cidade procurar melhores condições de vida, junta-se aos familiares e amigos mais próximos. Assim os musseques vão-se estendendo e densificando.

Como resultado de um processo migratório intenso, tanto durante o período colonial como no período pós-independência, principalmente durante a guerra civil, o musseque é um espaço heterogéneo de raças, etnias e culturas. Vários documentos e estudos indicavam que pessoas provenientes de várias regiões do território angolano migravam para a cidade de Luanda e se instalavam nos musseques. Em maior predominância estavam as pessoas provenientes das regiões onde se fala o kimbundo, as regiões mais próximas de Luanda; em seguida, as das regiões onde o dialecto é o Umbundo, do centro do país, e, por último, as populações que falam o Kikongo e que vinham do Norte de Angola.



37 - Ainda hoje é possível encontrarem-se portugueses a viverem em musseques desde o período colonial; habitação junto ao “mercado da chapada” no bairro do Marçal
Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010

Nos musseques também habitavam portugueses e pessoas de outros países africanos, colónias portuguesas, nomeadamente Cabo Verde e São Tomé. Devido aos negócios de mão-de-obra barata estrangeira, os bairros podres da periferia acolhiam outros habitantes de nacionalidades muito diferentes, nomeadamente malianos, congoleses e chineses.

Os musseques marcam uma transição irreversível no processo de urbanização. Vários estudos revelam que o habitante do musseque só se muda para outro musseque ou para um espaço urbanizado, raramente regressando à vida do campo. Ainda que as condições que a cidade do asfalto oferece sejam más – falta de emprego, dificuldade em conseguir alimento e risco de perda de casa – há sempre o desejo e a esperança de estar perto e viver na grande cidade.

“Nos bairros periféricos de Luanda vive-se ainda um espírito comunitário e as redes sociais atenuam as carências. Os princípios bairristas passam pela coscuvilhice entre vizinhança, o cuidar da filharada uns dos outros, a defesa das ruas e o concerto daquilo que ninguém faz por eles, dizem-me os canos à mostra remendados por várias mãos, e as puxadas de electricidade num consumo equilibrado entre todos.” (Lança, 2010).

Para além destes aspectos, os musseques são caracterizados por condições precárias de habitabilidade e higiene, com arruamentos mal definidos, sem infra-estruturas de saneamento, canalização de água ou electricidade. Muitos moradores de forma arriscada conseguem fazer puxadas clandestinas de cabos de electricidade que passam perto de suas casas.



38 - A drenagem das águas pluviais é precária, dificulta a circulação nos bairros, além de ser um risco para a saúde pública
Fonte: autora – Luanda, Fevereiro 2010



39 - As construções das habitações nos musseques são hoje quase sempre em blocos de cimento, mas subsistem casas em chapa de zinco ou em madeira
Fonte: autora – Bairro do Marçal em Luanda, Fevereiro 2010

Em geral, assentes em terrenos argilosos, têm problemas de drenagem das águas pluviais, formando-se lagoas de águas estagnadas que são berço de mosquitos, moscas, vermes, bactérias, propagadores de doenças e constituindo um perigo para a saúde pública, principalmente para as centenas de crianças que vagueiam pelas ruas sem condições para ir à escola. Alguns destes assentamentos localizam-se em áreas de risco, tais como taludes acentuados, valas de drenagem naturais, depressões com água natural, etc.

Grande parte da população destes bairros ou é desempregada ou recebe salários baixíssimos. A maioria vai sobrevivendo de pequenos biscates ou ocupações no terciário e no mercado informal. Muitas mulheres trabalham como empregadas domésticas nas casas da classe média e alta da cidade formal antiga ou das novas áreas urbanizadas. Outras são vendedoras ambulantes ou montam pequenas bancadas em frente à própria habitação.

Os níveis de pobreza na cidade de Luanda não estão só directamente relacionados com as questões físicas da habitação, mas também, e em grande parte, com os níveis de dependência dos agregados familiares, a falta de infra-estruturas e serviços básicos. São frequentes os agregados familiares dos musseques apenas com uma pessoa com rendimento, da qual dependem seis ou mais membros. As condições precárias de habitabilidade, que são indicadores do nível de pobreza, medem-se também pela sobrelotação e elevado número de membros do agregado familiar e não apenas pela qualidade dos materiais e da construção (Oppenheimer, Carvalho e Raposo 2003). É frequente existirem três ou mais pessoas dormirem no mesmo quarto, resultando num elevado grau de promiscuidade e problemas sociais associados.



40 - O mercado informal é a principal forma de rendimento dos habitantes dos musseques; mercado Roque Santeiro
Fontes: autora – Luanda, Fevereiro 2010; Jorge Alberto – <http://opatifundio.com/>



41 - Um exemplo de mercado informal instalado numa rua sem infra-estrutura, num bairro de musseque em Luanda; “roboteiro”, designação informal para o veículo construído para o transporte de mercadorias
Fontes: autora – Luanda, Fevereiro 2010

O difícil acesso a fontes de rendimento pelos agregados familiares dos musseques, os níveis de dependência elevados e as precárias condições de habitabilidade ao nível do talhão e do bairro, determinam um elevado nível de pobreza nas áreas peri-urbanas da cidade (*ibid.*). Como vários estudos mostram (Raposo e Salvador, 2007), os musseques mais periféricos apresentam níveis mais elevados de pobreza.

O rendimento principal dos chefes de família dos musseques provém do trabalho no mercado informal. Um exemplo do desenvolvimento do comércio informal a larga escala era o famoso mercado do Roque, considerado durante cerca de 20 anos o maior mercado a céu aberto de África, onde trabalhavam cerca de 200 mil vendedores.

A forma mais comum de poupança é a chamada “kixikila” que é um sistema informal rotativo de poupança e crédito, envolvendo um grupo de pessoas que junta dinheiro numa base regular e cuja quantia é posta à disposição de um dos membros. Além do mercado informal, também o trabalho nos sectores público e privado são fonte de sustento das famílias dos musseques.

Os musseques já não representam hoje o símbolo da segregação racial que dominava no período colonial, em que eram todavia marcados por um forte carisma cultural que os identificava pela sua vivência própria. Os musseques são hoje habitados por classes de renda baixa e muito baixa, sem distinção de origem e de raça, às quais se juntam ainda aqueles que vivem num nível abaixo do limiar da pobreza.



42 - O chamado prédio “sujo” no bairro do Marçal é um exemplo dum edifício “mussequizado”
Fontes: autora – Luanda, Fevereiro 2010

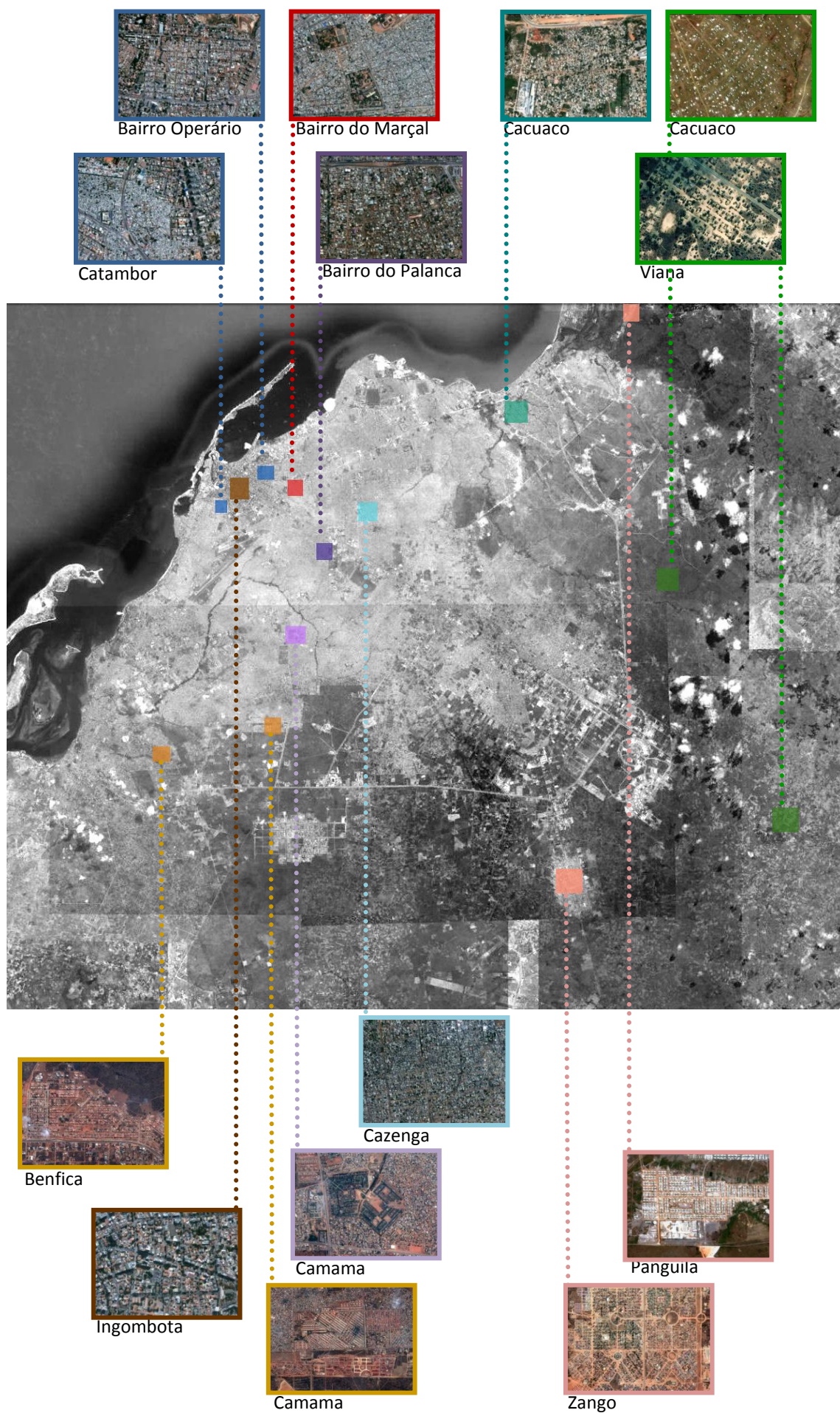
As Nações Unidas definem *slum* como um assentamento contíguo cujos habitantes caracterizam-se por terem condições inadequadas de infra-estruturas básicas e de habitação. As condições que a UNHABITAT indica como sendo características deste tipo de assentamento informal são: habitação com qualidade de construção precária, ausência de água potável, saneamento e outras infra-estruturas inexistentes, insegurança de posse da terra, e sobre povoação da área. (UNHABITAT, 2003: 6)

O conceito de musseque enquadra-se nesta definição de *slum*, tendo vindo a perder o seu significado inicial. Usa-se hoje o termo “mussequização” para caracterizar um estado de degradação de qualquer espaço urbano.

3.4 Caracterização dos tipos de Assentamentos em Luanda

No âmbito dos tipos de assentamentos, foram realizados estudos, sobre todas as áreas da cidade de Luanda, baseados em imagens satélite, por técnicos experientes no desenvolvimento urbano de Luanda (Development Workshop, 2005). Apresentam-se aqui os traços gerais desses tipos referentes a diferentes zonas da cidade com semelhanças urbanas e socioeconómicas.

Os critérios de classificação definidos pela Development Workshop são: a estrutura física, a época de construção, a segurança na posse, a qualidade da construção e ainda o acesso a infra-estruturas urbanas (água canalizada e sistema de drenagem) e a serviços públicos. Com base nestes critérios foram identificados 10 tipos de assentamentos, sendo um rural e os restantes nove urbanos.





43 - Tecido urbano do Centro Urbano Antigo
Fonte: Google Earth, 2010

Centro Urbano Antigo

O centro urbano antigo é constituído por edifícios construídos no período colonial que terminou há mais de 35 anos. Apresentam um padrão de infra-estruturas de acordo com o modelo convencional urbano moderno da cidade ocidental. Muitos dos edifícios encontram-se em estado deteriorado devido à fraca manutenção. O acelerado crescimento urbano e a grande procura originam uma oferta e distribuição inadequadas. Englobam uma combinação da arquitectura histórica moderna com novos edifícios contemporâneos de grande porte, os quais, na última década, têm alastrado ocupando terrenos livres, ou substituindo edifícios coloniais.

Verificam-se constantes e consideráveis alterações à estrutura original dos edifícios antigos no sentido de maximizar o uso dos espaços: elevação dos muros, construção de anexos, ocupação dos espaços vazios entre edifícios e entre casas, ampliação vertical das moradias, etc., como por exemplo nas zonas da Mutamba (baixa da cidade) e no Maculusso (localizado no Município da Ingombota).

Novos Subúrbios urbanizados e Condomínios fechados

São áreas construídas há menos de 10 anos, principalmente depois do fim da guerra civil em 2002, projectadas de acordo com um modelo urbano convencional e com um nível aceitável de infra-estruturas. São desenvolvidas segundo projectos imobiliários de parcerias público privadas. Fazem parte do grande investimento do Estado angolano em projectos de urbanização de novas zonas.



44 - Novos condomínios na zona da Camama
Fonte: Google Earth 2010



45 - Novos condomínios na zona do Benfica
Fonte: Google Earth 2010

Geralmente, constituem condomínios fechados e identificam-se como zonas de tipologias unifamiliares e multifamiliares. A qualidade de construção é boa e em muitos casos acima da média. É o caso dos condomínios localizados em Morro Bento, Talatona, Benfica (imagem 38), Cacucaco, Viana e Camama (imagem 37), que é destinado a famílias de médio e alto rendimento, assim como a grandes companhias nacionais e estrangeiras.



46 - Bairro do Marçal
Fonte: Google Earth 2010

Bairros Populares

Foram construídos ainda no período colonial, ou seja, há mais de 35 anos, e desenvolvidos na sequência de programas públicos ou da iniciativa de entidades privadas, de habitação social para funcionários e operários de baixa e média renda. Seguiam inicialmente o modelo da *township* sul-africana e eram as zonas residenciais da classe trabalhadora negra e de famílias brancas mais pobres. Originalmente, os arruamentos eram regulares e as casas alinhadas, construídas em grande escala, mas tinham baixo nível de infra-estruturas e serviços. As casas são ainda maioritariamente em tijolo com cobertura de zinco e fibrocimento.

Depois da independência deixou de se construir este tipo de bairros e os existentes atingiram tamanha densificação e degradação que se assemelham aos actuais musseques informais. O que distingue estes bairros dos musseques é: (i) a sua localização, ou seja, a maior proximidade da cidade do asfalto; (ii) os níveis de pobreza mais baixos; (iii) os agregados familiares menores; (iv) e uma facilidade maior de acessos aos serviços e transportes. São exemplo, os bairros populares do Kilamba Kiaxi, São Paulo, Marçal (imagem 39) e o Rangel.



47 - Bairro de habitação social na zona do Panguila
Fonte: Google Earth 2010



48 - Bairro de habitação social na zona do Zango
Fonte: Google Earth 2010

Zonas de Habitação Social

São construções mais recentes desenvolvidas pelo Governo no pós-guerra civil, depois do ano de 2002. Apresentam um padrão de arruamentos alinhados e concentram-se principalmente nos limites da expansão urbana, nomeadamente no Panguila (imagem 40), no Cacucaco, no Zango (imagem 41) e em Viana.



49 - Condomínio de médio e alto rendimento na zona da Camama, no Município do Kilamba Kiaxi
Fonte: Google Earth 2010

Áreas de Auto-Construção Dirigida

Estas áreas são constituídas por moradias unifamiliares construídas há menos de 10 anos. Apresentam um padrão de arruamentos alinhados, planeados pelo governo ou por famílias organizadas de médio e alto rendimento. É o caso de alguns bairros no município do Kilamba Kiaxi.

Musseques de Transição

Englobam-se neste conjunto os musseques, localizados dentro da cidade formal perto dos empregos urbanos, mercados e dos serviços públicos, mas que já não têm capacidade de expansão pela sua posição geográfica e urbana. Estes assentamentos existem desde antes da independência, e têm vindo a atingir níveis de densificação cada vez mais elevados, tendo começado a crescer na vertical.

Os terrenos em que estão assentes têm hoje valores elevados no mercado informal do solo, o que leva a que algumas famílias mais pobres acabem por vender as suas propriedades e se instalem na periferia urbana onde a terra é mais barata. O tecido urbano actual, super densificado e complexo desenha passagens muito estreitas e parcelas irregulares que dificultam o acesso de carros e aos serviços urbanos, disponíveis nos bairros vizinhos.

A localização destas áreas de transição bem como o valor do solo, constituem uma oportunidade para atrair investimentos privados com vista à sua qualificação, ainda que lenta.

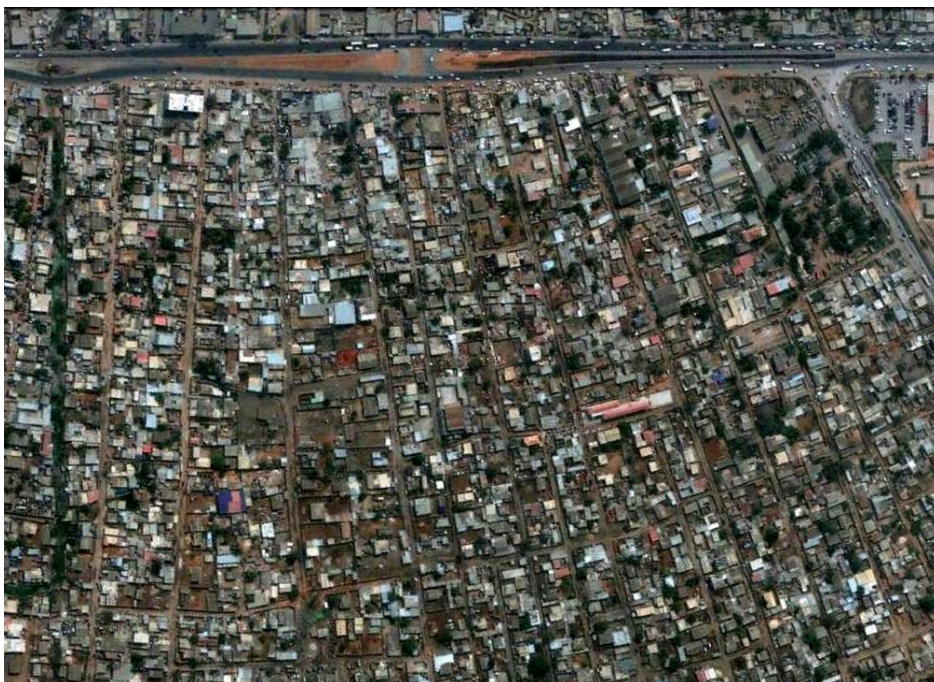


50 - Musseque do Catambor
Fonte: Google Earth 2010



51 - Bairro Operário
Fonte: Google Earth 2010

Como exemplos, temos os bairros Operário (imagem 44) e o Catambor (imagem 43), os quais apresentam elevados níveis de pobreza e degradação, mas têm melhor acesso às infra-estruturas e serviços, ainda que deficitárias, comparativamente às outras áreas de musseque.



52 - Musseque ordenado no bairro do Palanca

Fonte: Google Earth 2010

Musseques Ordenados

Os bairros foram desenvolvidos pelos próprios moradores na década de 1980. Apresentam arruamentos em reticula e estruturas habitacionais diversas com vários níveis de manutenção, casos do Palanca e Mabor. Estes bairros muitas das vezes foram construídos como extensão dos bairros populares, ou até mesmo de bairros planejados da cidade formal. Por isso respeitou-se em geral o alinhamento das vias e dos corredores de serviços.

Há também uma esperança dos residentes em que os serviços públicos e as infra-estruturas se possam estender até essas áreas, pois poderão ser criadas condições para melhoramentos e transformados em bairros regularizados. Por existirem ainda muitas casas do período colonial, o mecanismo de acesso a estas casas é feito normalmente pela compra formal, tendo o mercado informal de arrendamento uma incidência reduzida.

A segurança de posse da propriedade é superior aos restantes musseques, o que leva a que os residentes invistam no melhoramento das suas construções de origem formal. Os níveis de pobreza são menos elevados, as construções das casas são em bloco de cimento ou tijolo, as coberturas em zinco ou fibrocimento e os agregados familiares têm em média 6 a 7 membros.



53 - Musseque antigo no Cazenga
Fonte: Google Earth 2010

Musseques Antigos

Desenvolveram-se em zona de terra batida há mais de 30 anos, com arruamentos sem drenagem nem utilizáveis por transportes públicos. Não apresentam infra-estruturas básicas eficientes e o padrão de construção é precário. Muitas das casas são de pau a pique e ainda se encontram algumas em madeira.

Estes musseques resultam do crescimento dos assentamentos da população nativa, no tempo colonial, e foram crescendo ao mesmo tempo que a cidade formal. Na altura da independência já tinham dimensões consideráveis e continuaram a densificar-se e a expandir-se para as áreas livres disponíveis. O preenchimento dos espaços livres foi de tal forma que atingiram a fronteira da cidade formal, chegando mesmo a misturar-se. Houve casos de expansão para áreas de risco, nomeadamente encostas, sobre o caminho-de-ferro e lixeiras.

O agregado familiar é muito extenso, existe um fluxo muito grande de emigrantes e elevada intenção de mudança por parte das famílias residentes. É o caso do bairro Sagrada Esperança e do Cazenga (imagem 46).

Musseques Periféricos

Estes musseques formaram-se na periferia da cidade, onde se instalou a população das áreas rurais fugida da guerra civil. Essas terras de valor mais baixo, situam-se a uma grande distância da cidade e de qualquer serviço básico e de oportunidades de emprego, o que obriga os residentes a pagarem de forma exorbitante pela água e pelos transportes. A sobrevivência nestas zonas está dependente do mercado informal. A densificação embora alta apresenta valores inferiores aos dos outros tipos.



54 - Musseque periférico no Cacaco
Fonte: Google Earth 2010

São bairros novos habitados por famílias de muito baixo rendimento, com construções em geral com menos de 10 anos, sem plano nem arruamentos delineados e sem infra-estruturas básicas. O padrão de construção é de nível precário, com materiais temporários que vão sendo melhorados com o aumento dos rendimentos. Os residentes tentam controlar a ocupação, de forma a garantir espaço disponível para as estradas como antecipação ao futuro fornecimento de serviços.

São exemplo, os musseques localizados no Cacaco (imagem 47), em Viana e na zona da Camama (exemplo do Iraque).

Assentamentos Rurais

Localizam-se fora dos limites da cidade mas ainda dentro da província de Luanda. O tipo de ocupação é rural, com lavras e espaços ligados à agricultura de especialidade e subsistência. Têm baixa densidade populacional e não usufruem de qualquer tipo de infra-estrutura básica. A sua maior concentração é nas imediações do município do Cacaco.



55 - Área rural nos limites da província de Luanda
Fonte: Google Earth 2010



56 - Área rural nos limites da província de Luanda
Fonte: Google Earth 2010

3.5 Leis e processos informais de acesso à terra

3.5.1 Legislação e políticas de terras²

A legislação em vigor em Angola tem como base na sua generalidade, o sistema legal colonial com as adaptações introduzidas no pós-independência à natureza social da legislação portuguesa. No período colonial em Angola, a lei 2030 de 1948 foi a base da lei de terras. Posteriormente, foi disciplinada pelo Regulamento da Ocupação e Concessão de Terrenos nas Províncias Ultramarinas, publicado no Decreto n.º 43.894, de 6 de Setembro de 1961, identificando os principais regimes de concessão (aforamento, arrendamento e concessão gratuita).

Este regime vigorou ainda nos primeiros anos de independência até a aprovação da Lei n.º 21-C/92, de 28 de Agosto, sobre a Concessão da Titularidade, do Uso e aproveitamento da Terra, que regulamentou a concessão de terras para fins agrícolas como base de desenvolvimento rural e direito de superfície, não contemplando, as demais vocações da terra. Esta lei foi regulamentada através do Decreto-Lei n.º 32/95, de 8 de Dezembro.

Com a independência em 1975, a nova constituição estabeleceu que toda a terra pertencia ao Estado, podendo o seu uso ser transferido para indivíduos ou entidades. O Decreto-Lei 46-A/92 estabeleceu o Direito de Concessão aos Governos Provinciais das áreas urbanas cuja terra estava sobre o controlo estatal, para um período mínimo de 25 anos e um máximo de 60 anos renováveis.

Em 1994, foi aprovado a lei Resolução 30/94 pelo Governo Provincial de Luanda para controlar a tendência de uso não planificado do solo. O Regulamento 1 de 1996 permitiu o Direito do Uso de Superfície no quadro de desenvolvimento de terras e infra-estruturas com parceria público-privada do Programa Luanda Sul.

Em 2000, foi aprovado em Conselho de Ministros o Plano de Gestão e Crescimento Urbano de Luanda, que deveria servir como base para um Plano Director a ser posteriormente elaborado. Foram de seguida elaborados dois Despachos – 57/2000 e 82/2000 – com o objectivo de criar um Grupo de Trabalho para actualizar as leis e regulamentos relativos ao Governo Provincial de Luanda e de orientar o início de uma Planificação Urbana abrangente e sistemática.

Em 2002, após o fim da guerra civil, o Conselho de Ministros nomeia uma nova Comissão para elaborar uma nova Lei de Terras. Em Julho do mesmo ano é publicado um primeiro esboço do anteprojecto, um segundo esboço é levado à Assembleia Nacional em Novembro de 2003 e a versão revista e remodelada é provada em Agosto de 2004.

Esta nova Lei de Terras, Lei n.º 9/04, homologada pelo Presidente da República em 9 de Novembro, estabelece que a terra constitui propriedade do Estado e que o seu uso pode ser transmitido para pessoas singulares ou colectivas, tendo em vista o seu racional e integral aproveitamento. A lei consagra igualmente que o Estado respeita e protege a propriedade das pessoas, quer singulares

² Esta informação foi recolhida dos seguintes documentos: Dar al-Handasah, 2008; e Development Workshop, 2005.

quer colectivas, bem como a propriedade e a posse das terras pelos camponeses, sem prejuízo da possibilidade de expropriação para utilidade pública.

O Plano Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo, 2008 – Dar al-Handasah, na sua interpretação da Lei de Terras sublinha que *“A regra no direito fundiário angolano é o da onerosidade das concessões de terrenos. As concessões gratuitas são reservadas para pessoas que façam prova de insuficiência de meios económicos e instituições de utilidade pública reconhecida... Com a constituição de direitos fundiários, os concessionários ficam sujeitos a determinados direitos e obrigações. Admite-se também a transmissibilidade das concessões, reservando para as concessões gratuitas a regra da intransmissibilidade.”*

De acordo com a Development Workshop (2005: 149), esta Lei *“ignora, assim, as experiências de outros países de África e os múltiplos defeitos dos sistemas de gestão administrativa centralizada. Por exemplo, os princípios enunciados na versão preliminar da Lei não fazem referência a qualquer gestão participativa da terra, ou mesmo a obrigações sociais dos proprietários da terra – um princípio de propriedade da terra mais ou menos universalmente aceite hoje em dia”*.

Esta ONG, recomenda que o Governo de Angola observe os *“exemplos de Leis aplicáveis à terra urbana em países de África e outros continentes que tentam garantir o acesso dos pobres urbanos à terra, a segurança da sua propriedade e o seu envolvimento na planificação e gestão das suas próprias comunidades urbanas”*. (Development Workshop, 2005)

Esta lei não está totalmente de acordo com os princípios do Plano Global de Acção da Agenda Habitat, aprovados na Cimeira das Cidades em Istambul em 1996, da qual Angola fez parte. De um modo geral, as recomendações feitas pelas Organizações da Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais não foram absorvidas e incorporadas na Lei de Terras de 2004. Contudo, fizeram parte da Lei final algumas melhorias, reflexo dessas recomendações, nomeadamente: a protecção dos direitos colectivos tradicionais e a extensão do período cedido aos ocupantes informais de terras, para três anos, para regularização das suas parcelas.

3.5.2 Mercado informal de acesso à terra

A via usual de acesso à terra e à habitação em Luanda é através de transacções no mercado informal. Além da tradicional aquisição por compra ou arrendamento, há outros casos de acesso informal à terra: por herança, por transferência entre membros da família, ou simplesmente pela ocupação informal quer do solo como de habitações.

Os estudos, desenvolvidos pela Development Workshop (2005), indicam que as operações mais comuns de acesso por compra informal ocorrem nos musseques periféricos, à excepção do Bairro Popular onde há mais casos de compra formal. Os novos condomínios de renda média e renda alta, localizados na periferia da cidade, constituem a excepção no domínio do mercado informal de acesso à terra.

O mercado de arrendamento, tanto informal como formal, é muito comum na cidade, tendo o informal maior incidência nos musseques antigos e em transição e sendo raro nos novos condomínios. Na maioria destes casos é arrendado um anexo, uma divisão da casa, um ou vários quartos.

A grande maioria da população não tem noção nem percepção dos direitos e documentação legais de acesso à terra. O mesmo estudo elaborado pela DW (2005), num programa de pesquisa-acção (sobre “Acesso à terra nas áreas peri-urbanas de Angola”), mostra que 80% de residentes inquiridos dizem possuir o documento comprovativo da compra, ocupação ou arrendamento do terreno onde habitam. Somente 16% referiram não possuir documentos. Contudo apenas entre 10% e 25% estavam reconhecidos pela Administração Local, ou seja menos de 20% da população inquirida tinha na sua posse documentos formais, quer sejam títulos de propriedade ou contratos com os proprietários com títulos legais.

No que diz respeito à segurança de posse de terra, pode concluir-se que grande parte da população tem acesso a ela, através de mecanismos informais, embora se sinta segura relativamente a essa posse. Mais adiante faz-se referência a possíveis estratégias para a regularização de assentamentos informais e para facilitar o direito de acesso e posse legal de terra.

3.6 Planos de intervenção no crescimento acelerado da cidade de Luanda

Luanda assistiu nas últimas décadas a uma expansão urbana acelerada e descontrolada, estendendo-se cada vez mais os seus limites. Questiona-se a intervenção das entidades, ao longo deste período de urbanização da capital, com vista a conter e controlar a explosiva expansão urbana. O Governo não logrou uma intervenção eficaz no crescimento espontâneo da cidade.

Note-se que tem sido tecida críticas sobre as estratégias de desenvolvimento por falta de planeamento ainda no período colonial. *“Luanda foi uma cidade de crescimento descontínuo, ao sabor das crises políticas de Portugal, do Brasil e das suas próprias e onde a organização do espaço nunca foi de forma efectiva uma preocupação para as autoridades municipais. Não houve uma estratégia de desenvolvimento planeado. (...) Os problemas foram-se acumulando à medida que a população crescia. Luanda tornou-se, por isso, uma cidade desordenada e talvez desgovernada”*. (Martins, 2005: 60).

Destacam-se de seguida alguns dos Planos que foram elaborados desde o período colonial referentes ao desenvolvimento urbano de Luanda e, especificamente dos musseques.

1. O plano de Urbanização aprovado pela Câmara Municipal de Luanda em 1943, elaborado por Etienne Grover e David Moreira da Silva, consistia essencialmente na criação de zonas residenciais distintas para europeus e nativos. Este plano acabou por servir apenas como base para estudos desenvolvidos para a Câmara Municipal na década de 1950, pela velocidade com que foi ultrapassado pelo rápido crescimento da cidade. Este crescimento resultou numa população de apenas 150 mil habitantes a viver em áreas planeadas e os restantes 350 mil em musseques e áreas ilegalmente construídas, no período entre 1963 e 1973.
2. Em 1973, foi contratada uma empresa francesa, a O.T.A.M. (Omnium Technique d'Aménagement) para desenvolver o Plano Director para a Cidade de Luanda, desta vez com princípios inovadores. Este plano propunha a criação de 3 pólos alternativas de crescimento. Viana, Cacuaco e Camama, numa área total de 17 mil hectares à volta de Luanda, para restringir o desenvolvimento da cidade já existente.

Esta solução foi importante no sentido de se reconhecer a necessidade de se conterem os musseques, propondo-se o seu melhoramento e aproveitamento, criando para as novas zonas de crescimento oportunidades de trabalho e melhores níveis de serviço. Contudo, manteve-se o conceito de segregação espacial e funcional, sendo os colonos brancos os beneficiados das áreas urbanas bem estruturadas e os nativos os habitantes das áreas periféricas menos favorecidas.

O facto de este plano privilegiar a reabilitação em relação à remoção, foi positivo no incentivo de criação de outros planos de integração da população em alguns musseques, tais como no Prenda, Rangel e em Kinfangongo.
3. Em 1979, foi preparado, pelo Directório Nacional de Planeamento Físico, um Plano Director para Luanda, que continha cinco alternativas. Este plano revelou um desconhecimento básico da situação de Luanda e do País, sendo as suas propostas irrelevantes perante as necessidades da cidade. Por outro lado, revela também a falta de capacidade técnica e administrativa do Governo para implementação destes planos, para urbanização e para controlo do crescimento desenfreado da população urbana e das ocupações informais.
4. Em 1982, foi publicada a Lei da Auto-Construção, que assentava na demarcação de parcelas e na definição de áreas para serviços sociais e ainda fornecia materiais de construção subsidiados. A resposta a isto foi a ocupação informal dos terrenos destinados a auto-construção e uma procura que ultrapassou totalmente a capacidade de subsídios do Estado.
5. Em 1987, à semelhança dos programas aplicados na África do Sul para melhoramento das áreas suburbanas, há uma nova iniciativa proposta pela Development Workshop (DW) e pelo Departamento Nacional do Urbanismo para criar um Gabinete para Reabilitação dos Musseques em Luanda (GARM). Este gabinete apresenta o projecto de Melhoramento do Sambizanga, que se tornou uma referência para o desenvolvimento de estratégias de mobilização social e para o fornecimento dos serviços urbanos básicos e de gestão comunitária de distribuição de água por comités. O projecto foi considerado pela

Conferência do Habitat sobre Assentamentos Humanos, realizada em Istambul em 1996, como uma das melhores práticas deste tipo de iniciativas. Contudo, mais uma vez, a sua aplicação em Luanda não se soube replicar porque não conseguia dar resposta ao rápido aumento da procura.

6. Entre 1995 e 1997, foi desenvolvido o “Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Cidade de Luanda”, sob a coordenação do Ministério do Plano, um projecto do Banco Mundial para o Governo Provincial de Luanda (GPL) desenvolvido pela Dar al-Handasah. O projecto tenta estabelecer orientações de crescimento urbano tomando em consideração as tendências de expansão verificadas. Este plano apresenta recomendações a nível das infra-estruturas básicas, transportes e diversos sectores incluindo orientações para a criação de uma entidade responsável pela implementação do plano, e para obtenção dos recursos financeiros necessários. Para tal sugere a reforma e formação dos recursos humanos do GPL. Apenas em 2000 este Plano foi aprovado, estando as suas soluções e recomendações já ultrapassadas. Contudo serviu de referência a estudos e planos desenvolvidos posteriormente, e o seu regulamento constitui o único existente.
7. Integrado no “Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Cidade de Luanda” de 1995/1997, desenvolveu-se o Plano de Drenagem de Estradas e de Águas Pluviais para um Musseque Piloto, no sentido de se melhorarem as condições dos musseques N’Gola Kiluanje e Hoji Ya Henda localizados nos municípios do Cazenga e Sambizanga. A área de estudo abrangia uma população de cerca de 83 mil pessoas e uma densidade de cerca de 200 habitantes por hectare.
Tinha como objectivos principais a melhoria das condições ambientais, de saneamento, acessibilidades, sistemas de drenagem e recolha de resíduos sólidos. Aponta também a importância da participação da população nas fases de construção e manutenção do bairro. As soluções apresentadas visavam também a sua repercussão noutros musseques. No entanto este projecto acabou por não ser implementado devido aos custos que foram avaliados como muito elevados.
8. O Plano Estratégico do Solo e de Reabilitação de Luanda, desenvolvido em 2002 pelo Gabinete de Obras Especiais (GOE) identificou os principais problemas a nível do planeamento da cidade, do sistema de transportes, infra-estruturas e serviços.
Propõe soluções que incluem o desenvolvimento de corredores técnicos no sentido de estruturar o sistema rodoviário e facilitar a instalação do saneamento básico e infra-estruturas e impedindo a ocupação informal. Recomenda a reforma da estrutura legal atribuindo maior legitimidade aos municípios e propõe a criação de mecanismos de incentivo ao sector privado assim como a criação de atractivos nas outras províncias para o alívio populacional de Luanda.
9. Foi elaborado, em 2003 pela DAR al-Handasah, um estudo de desenvolvimento urbano do município do Cazenga, cuja população, na altura, era de um milhão de habitantes que se distribuíam pelas comunas do Cazenga – Cariango, Tala Hady e Hoji Ya Henda.

Para o estudo foram estabelecidos três objectivos principais: a elaboração de um Plano Director para o desenvolvimento do município, que reflectisse os objectivos do governo; a elaboração de planos de pormenor para as diferentes zonas do município no sentido de se criarem novas estradas e melhorar as existentes, assim como as áreas de habitação e serviços; e a preparação de um programa geral, para a implementação de projectos sustentáveis.

O plano visava dar solução aos problemas locais e melhorar as condições de vida, no que diz respeito à distribuição de água e electricidade, sistema de drenagem e recolha de resíduos sólidos, redes viárias, equipamentos de saúde e educação, capacitação institucional da administração local.

10. Foram concebidos dois projectos de habitação de baixo custo, nas áreas do Zango no município de Viana e o Panguila no município de Cacuaco, tendo ambos começado a ser ocupados no ano 2001. Parte destes projectos é da responsabilidade do Ministério do Urbanismo e Habitação e a outra enquadra-se no programa de autoconstrução dirigida. O projecto visa o realojamento da população desalojada de áreas destinadas à implementação de projectos urbanos, como a reabilitação das vias de Luanda. Estes projectos destinam-se também ao realojamento das populações retiradas de casas localizadas em áreas de risco. O projecto do Zango localiza-se ao longo da auto-estrada de Viana-Calumbo e foi planeado para alojar cerca de 160 mil pessoas numa área de 1100 hectares. Já foram construídas mais de 4000 moradias unifamiliares, com abastecimento de água e equipamentos. Face ao crescimento e ao desenvolvimento das áreas envolventes tem havido irregularidade nos fornecimentos de água e electricidade. O projecto do Panguila localiza-se a cerca de 30 km a norte do centro de Luanda, junto da estrada nacional. O plano geral pretende construir 50 mil casas. Esta área beneficiou com a recente abertura do Mercado Panguila, que recebeu os vendedores do famoso mercado do Roque, encerrado em Setembro de 2010. Já foram construídas mais de 6000 casas e previa-se até este ano o alojamento de cerca de 80.000 pessoas. O projecto continua em construção. As casas ocupadas têm na sua maioria acesso à água e luz, mas continua a haver carência de serviços e equipamentos públicos.
11. O Plano da Nova Cidade de Luanda, visando o desenvolvimento de uma nova cidade, a Nova Luanda, foi elaborado, em 2006, sob a responsabilidade do China International Fund Ltd, do Instituto de Planeamento e Projecto Urbano Shanghai Tongji e do Instituto de Planeamento e Projecto Urbano Shenzhen, no programa do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN). Localizada na zona sul e sudeste de Luanda, pretendia-se que se tornasse o centro económico principal da capital. Destinada a uma população de 4 a 7 milhões de habitantes, deveria desenvolver-se em três zonas da área metropolitana: parte da cidade existente, constituindo o núcleo histórico; a “cidade offshore”, constituindo o centro económico e a habitação de luxo; e a cidade aeroportuária de carácter industrial a desenvolver-se à volta do novo aeroporto.

As críticas que se podem aqui levantar sobre este plano assentam na falta de bases que sustentem o desenvolvimento de uma cidade a esta escala, sem integração com a área urbana existente e sem dar respostas aos seus problemas.

12. Com base no documento de estudo *Estratégia de desenvolvimento a longo prazo – Angola 2005*, elaborado pela Dar al-Handasah, foi elaborado um novo documento em 2007, que traça directrizes e estratégias para o Plano de Desenvolvimento 2009/2013, para Luanda e Bengo. Este documento indica que o desenvolvimento principal deste projecto que abrange as duas províncias concentra-se essencialmente em Luanda. É também nesta província que se prevê localizar o centro turístico capaz de funcionar como núcleo de um sistema urbano expandido que se liga às províncias a nordeste do país. Visa também a implementação de um grande centro industrial Luanda/Bengo para exploração do sector económico, especialmente para exportação. Sublinha-se o reconhecimento de Luanda como condutor da economia e a importância do desenvolvimento do Bengo no apoio às funções da cidade de Luanda.
13. Foi preparado em 2007, pelo Governo Provincial de Luanda, o Plano Regional do Bengo, que define propostas com influência no plano estratégico para Luanda.
14. Em 2008/2009 foi desenvolvido pelo consultor Dar al-Handasah sob a coordenação do então Ministério do Ambiente e Urbanismo, o “Plano Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo”. Este estudo reflecte o desenvolvimento de Luanda após 2007, tendo como referência anterior o “Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Cidade de Luanda”. Este relatório foi desenvolvido em quatro estágios e é o mais recente estudo elaborado sobre o desenvolvimento de Luanda. Os relatórios de cada estágio apresentaram respectivamente: I. Actualização da Situação Existente e a Revisão das Alternativas Viáveis; II. Preparação de um Plano de Expansão Urbana para Luanda e Bengo; III. Preparação de um Plano Director de Infra-Estrutura de Luanda e Bengo; IV. Formulação do Programa de Desenvolvimento e Perfis do Projecto para projectos de infra-estrutura recomendados.
15. O “Projecto de Construção de Um Milhão de Casas” até ao ano 2012 foi um desafio lançado pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, em 2008. Este projecto insere-se no âmbito do programa de Reconstrução Nacional, que teve início após o fim da guerra civil em 2002. Foram mobilizados os diversos sectores do governo e definidas estratégias para a possível implementação do programa em todo o país. Sob tutela do Ministério do Urbanismo e Construção, o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, tem a responsabilidade de urbanizar terrenos para a construção de casas de habitação social destinada a pessoas de médio e baixo rendimento. A indicação dada pelo actual Ministro do Urbanismo e Construção, Eng.º José Ferreira, em entrevista ao Jornal de Angola, em Abril de 2010, foi que esses terrenos devem salvaguardar a construção de uma habitação condigna com infra-estruturas básicas, tais como redes água, energia e saneamento.

O programa, que tem como lema “Meu Sonho, Minha Casa”, deverá realizar operações de loteamento infra-estruturais com equipamentos sociais, no sentido de contrariar o crescimento dos novos musseques de modo anárquico e desordenado.

A construção de um milhão de casas por todo o país pretende alojar seis milhões de habitantes. Na apresentação deste programa, destaca-se o estabelecimento de novos mecanismos para aquisição de terrenos e o registo de propriedade destas novas casas, por parte dos cidadãos.

Para a implementação deste projecto o Estado é responsável pela construção de 115 mil fogos, o sector privado por 120 mil fogos, as cooperativas por 80 mil fogos e os restantes 685 mil correspondem a auto construção dirigida tanto no meio urbano como rural.

Das decisões tomadas, sublinha-se a definição numa primeira fase de áreas de intervenção programadas e numa segunda fase de áreas de expansão, assim como reservas fundiárias equilibradas, principalmente na província de Luanda, Bengo e Cunene. Foi também atribuída prioridade à definição e regulamentação de legislação relativas a este sector.

Relativamente a Luanda, a implementação do Plano teve início em meados de 2009 com o projecto de construção de 2000 casas no Zango, localizado nas novas áreas de expansão da cidade. Estão actualmente em curso, em toda a área de expansão de Luanda a implementação de planos urbanísticos e a construção de casas dentro de áreas de intervenção programadas.

4. Paradigmas de intervenção

4.1 Reabilitar. Reconstruir. Realojar

“A doutrina dos Estados de Direito democrático assenta na procura da coesão social e na afirmação de direitos e deveres de cidadania a que todos, os nacionais e estrangeiros, estão obrigados.” (Pereira et al., 2001: 93)

No caso de Luanda em que 80% da população habita em áreas precárias, emerge a tensão entre os princípios de uma cidadania moderna e a crueza das realidades sociais, sobretudo quando há desigualdades sociais e económicas que os mecanismos produtivos e políticos não conseguem superar. A precariedade habitacional dos musseques é a expressão visível da tensão entre os princípios de cidadania moderna e as realidades sociais e inter-grupais desiguais.

A promoção pública habitacional, de que é exemplo o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação do Governo de Angola de Construção de Um Milhão de Casas até 2012, pretende resolver essa precariedade habitacional, ao mesmo tempo que se procura inverter as trajectórias de segregação social. Todavia, a recorrência aos bairros de habitação social para realojamento, na tentativa de acabar com os ciclos de pobreza e exclusão social e espacial, tem se mostrado controverso. Esta “promoção habitacional”, ou seja, a transferência de populações de áreas informais precárias para áreas formais supostamente com um nível de habitabilidade melhor, traduz-se muitas vezes apenas na transferência de traços e hábitos específicos dos bairros degradados para os bairros de habitação social.

A definição de estratégias a adoptar em áreas urbanas críticas, quer sejam formais ou informais, requer uma reflexão sobre o tipo e a forma de intervenção mais adequado. Esta é uma questão tanto mais polémica e difícil quanto mais elevado é o estado de degradação, a densidade populacional e os problemas sociais associados. Discute-se entre dois caminhos opostos: a reabilitação da área urbana, melhorando as condições de vida; e o recurso à demolição, com realojamento da população para fora da zona, no caso de se investir na sua reconversão e renovação.

Nas áreas urbanas críticas, objecto deste capítulo, os musseques de Luanda, o tipo de intervenção pode passar pelo melhoramento do existente, recorrendo à requalificação ou regeneração. Quando se considera que o existente não é recuperável, tem-se optado pela reconstrução para reconversão, assente no realojamento, quando a ocupação é em áreas de risco.

Na situação actual da cidade de Luanda e dos seus musseque a intervenção urbana urge. As soluções que se têm proposto para reverter esta situação assentam fundamentalmente em três concepções genéricas de intervenção: construir nova cidade ignorando os musseques; demolir os musseques na sua totalidade; e a reabilitação local.

Como exemplo da primeira proposta, que ignora os musseques propondo a construção de uma nova cidade nas áreas de expansão da cidade formal, apresenta-se o caso do projecto chinês da Nova

Cidade de Luanda. Considera-se uma proposta pouco coerente, na medida em que não resolve os problemas das áreas degradadas, e focaliza o progresso numa nova área planeada sem tomar em consideração a situação pré-existente.

Várias vozes em Luanda defendem que se acabe com os musseques, organizando a sua demolição total e que se invista na reconversão dessas áreas. Considera-se esta proposta pouco razoável pela complexidade que este processo implica. Para que tal fosse viável, o Governo e o sector privado em conjunto, teriam de investir numa nova e vasta área habitacional de fáceis acessos com tipologias adequadas e cujo ritmo de construção lograsse ser superior ao ritmo da procura, o que se tem mostrado irrealizável.

Mesmo nos casos que requerem demolição urgente, como o dos assentamentos em áreas de risco, há que ter em conta a localização do realojamento. Quando as famílias são realojadas muito longe do local de origem o quotidiano torna-se ainda mais difícil, o que leva ao abandono frequente das novas casas atribuídas, as quais são vendidas ou postas a arrendar em operações de mercado informal.

Com a situação de remoções, as fortes relações económicas existentes entre os musseques e as áreas circundantes ficam prejudicadas, com impacto na economia urbana e, em particular, para os grupos mais vulneráveis. Por outro lado, são destruídas as redes sociais, o sentido de pertença e a identificação com o local. Este é o tipo de intervenção preferido pelo mercado imobiliário, mas que não corresponde aos objectivos de coesão social.

Para além das reivindicações sociais e do impacto sócio económico na população afectada, coloca-se a questão dos elevados custos que estas intervenções requerem, que poderão ser superiores aos da reabilitação, tendo em conta o grave estado de degradação de extensas áreas densamente populosas dos musseques de Luanda. Para que o investimento compense, numa óptica economicista, opta-se por uma parceria público-privada, o que explica a preferência do particular pela reconversão e renovação da área. Tal como referiu David Harvey (2010), os processos de integração/exclusão social e espacial são impulsionadas pela estrutura económica e pelo mercado de trabalho da sociedade moderna capitalista.

“Não parece útil continuar a pensar nos programas de realojamento como se todo o problema fosse financeiro e urbanístico. O problema do realojamento é, antes de mais, um problema social e não um problema de edifícios, tudo isto porque as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas.” (Guerra, 1994: 11)

Os projectos urbanísticos e habitacionais para áreas de realojamento, embora possam assentar na procura de solução para o melhoramento urbano e habitacional, revelam-se muitas vezes um fracasso porque assentam em densidades altas, na exclusão espacial, na deficiência no fornecimento de infra-estruturas básicas e de equipamentos e serviços e na não incorporação das populações nos projectos e no processo.

A população realojada, embora socialmente homogénea, tem um perfil cultural heterogéneo, resultante de fenómenos de migração ao longo de vários anos, o que dificulta a integração nos novos espaços de realojamento, bem como o correcto uso destes espaços urbanos atribuídos, na medida em que a maioria da população tem origem do meio rural. Acresce o clima de insegurança urbana

causado por problemas sociais e agravado pela estigma de grupo social menos favorecido. *“O fracasso das primeiras tentativas de reabilitação depressa mostrou que não era a degradação do cenário construído que provocava a exclusão dos habitantes, mas o inverso.”* (Lacaze, 1995: 79)

Como refere Henri Lefebvre (1969), o “direito à cidade” supõe o combate à exclusão social e espacial. Nesta óptica considera-se a reabilitação urbana como uma estratégia solidária e mais razoável. Todavia, a reabilitação de uma área peri-urbana e de musseque onde residem cerca de 5 milhões de habitantes, deverá significar intervenções faseadas e realizadas em períodos de tempo aceitáveis. A reabilitação assenta na elaboração de um plano de urbanização que atribua as infra-estruturas e serviços em falta e proponha a melhoria das condições de habitabilidade. Esta estratégia permite preservar e valorizar relações sociais de vizinhança e as vivências da população da área, a sua estrutura social e de trabalho.

4.2 Princípios de intervenção urbana nos musseques de Luanda

A reabilitação urbana é um conceito cada vez mais abrangente no que diz respeito à qualificação e desenvolvimento de territórios construídos, quer sejam antigos ou recentes.

Pretendem-se aqui apontar princípios e estratégias de intervenção no âmbito da reabilitação dos musseques, com base na sua realidade urbana, no modo de vida da sua população, na situação económica actual, e nos programas e estratégias urbanísticas apontadas pelo Governo.

1) Requalificação Urbana

Uma intervenção a nível da requalificação urbana passa principalmente pelo fornecimento de infra-estruturas básicas ligadas à rede pública – abastecimento de água, saneamento e electricidade – da responsabilidade do Estado. Estes trabalhos obrigam a intervir na rede viária, para melhorar a iluminação pública, a circulação e as acessibilidades beneficiando os serviços de transportes e a recolha de lixo. Embora o melhoramento da habitação fique sob a responsabilidade dos moradores, este tipo de projecto supõe também a regularização da ocupação dos terrenos, e a elaboração do cadastro.

Assim, de acordo com a disponibilidade financeira da entidade investidora, e as características do local e dos habitantes, um programa de reabilitação dos musseques deve assentar nas seguintes acções:

- a) Fornecimento de infra-estruturas urbanas básicas (água, electricidade e saneamento);
- b) Provisão de ponto de ligação às redes técnicas públicas na entrada de cada lote;

- c) Estruturação da rede viária, garantindo a drenagem das águas pluviais, acessibilidades, transportes, recolha de lixo e iluminação pública.
- d) As intervenções nas vias de circulação podem obrigar ao seu alargamento e consequentemente à necessidade de realojamento das populações cujas casas se localizam nessas áreas.

Os projectos de requalificação apresentam diversas vantagens: i) custos de realojamento relativamente mais baixos, uma vez que só afectam a algumas famílias; ii) desenvolvimento económico promovido pela melhoria de condições ambientais e sanitárias, resultantes da acção de requalificação; iii) maior investimento dos particulares, principalmente na habitação após a qualificação do bairro, sem custos adicionais de realojamento a grande escala.

São apontados como desvantagens: i) o facto de ser prioritário o fornecimento de infra-estruturas sem articulação com o melhoramento das condições de habitabilidade; ii) o processo é normalmente moroso, principalmente se se ponderar nas dificuldades e limitações institucionais de Luanda; iii) o lucro relativo ao investimento não é muito significativo.

Este tipo de intervenção tem sido bem sucedido a pequena escala, mas nunca foi implantado à escala mais alargada da cidade ou mesmo à escala nacional. Tal como já havido sido explicado anteriormente, é preciso ter em atenção as necessidades e prioridades particulares de cada zona e de cada bairro.

2) *Regeneração urbana e realojamento*

Outra estratégia que tem sido utilizada em Luanda é a regeneração, com realojamento da população. A zona é qualificada do ponto de vista urbanístico, com a demolição das construções existentes, e os terrenos são valorizados. A população é realojada em novos terrenos infra-estruturados onde podem manter uma qualidade de vida equivalente ou melhor ao que tinha anteriormente. Contudo, estes bairros de realojamento, em Luanda como noutras cidades, localizam-se na sua maioria distantes do emprego e serviços. O afastamento destas áreas de realojamento em relação aos bairros de origem dificulta o processo de atribuição de habitação, uma vez que as comunidades tendem a regressar para os musseques mais centrais, ainda que piorem as suas condições de vida. Desta forma, apesar da eliminação de alguns assentamentos informais, o número de habitantes em área de musseque não sofre uma redução significativa e podem ainda surgir novas áreas de musseque.

Na programação de novas áreas de desenvolvimento para habitação social e auto-construção dirigida, devem incluir-se as seguintes acções, que são em função da disponibilidade financeira:

- a) Atribuição do lote urbanizado;
- b) Regularização da propriedade através concessão do respectivo título (auto-construção dirigida);

- c) Fornecimento de bloco técnico preparado para as ligações da habitação às redes públicas (auto-construção dirigida);
- d) Entrega da estrutura nuclear iniciada (auto-construção dirigida);
- e) Entrega da casa sem acabamentos;
- f) Entrega da casa com as condições mínimas de habitabilidade

O grande inconveniente deste tipo de procedimento tem a ver com as limitações orçamentais em que só há condições para entrega do lote, com o bloco técnico ou com a construção iniciada com uma estrutura nuclear, o que obriga a um esforço financeiro por parte dos beneficiados muitas vezes difícil de alcançar. Desta forma as condições mínimas de habitabilidade não são disponibilizadas de imediato, e muitas vezes as infra-estruturas públicas não estão executadas, apenas é garantida a posse de um lote.

Há a noção de que, as duas estratégias de intervenção que são aqui apresentadas exigem como requisitos obrigatórios o conhecimento e sensibilidade à complexidade dos problemas urbanos associados aos musseques. Estes requisitos são fundamentais para permitir que a estratégia a adoptar seja realista, em todas as suas fases, desde a definição das estratégias, à decisão de como implementar e à sua implementação, e que seja eficaz a longo prazo. Não devem ser esquecidas as condições institucionais, sociais e físicas existentes para permitir o desenvolvimento do projecto e garantir a sua manutenção.

Além destas considerações há que juntar a este esboço das duas estratégias de intervenção urbana, alguns princípios gerais que se consideram relevantes, principalmente no que diz respeito à gestão do solo urbano:

- *Reforma do regime de propriedade da terra* – é necessário fazer-se uma reformulação das leis de acesso à terra, para facilitar a legalização e recuperação das áreas ocupadas. A lei actual deverá ser complementada de forma a serem regulamentados instrumentos legais que reduzem e resolvam situações de conflito e a especulação contínua nos processo formais e informais de ocupação da terra.
- *Planos adequados à área de intervenção* – embora os musseques possam ser áreas socialmente homogéneas, apresentam perfis culturais e estruturas económicas diferentes. Um projecto de intervenção deve tratar cada bairro diferenciadamente, procurando esclarecer junto dos seus habitantes as suas necessidades e atribuir prioridades. Neste processo é fundamental a participação dos moradores para se atingir um resultado mais satisfatório e adequado.
- *Mecanismo de crédito e assistência financeira* – para a eficácia de programas de reabilitação urbana sustentáveis, urge a criação de regimes de acesso ao crédito e ao micro crédito, que facilitem a melhoria do padrão de vida dos grupos menos favorecidos, na aquisição e manutenção da habitação.
- *Reforço institucional* – considera-se fundamental o esclarecimento do papel das instituições e a responsabilidade do Governo central e provincial relativamente às políticas urbanas, aos programas e as estratégias de desenvolvimento urbano. É essencial na gestão da terra

urbana, o papel das instituições e do governo, na disponibilização de informação e educação para que os cidadãos conheçam os seus direitos e deveres na ocupação e acesso à terra. A falta de quadros formados com capacitação adequada à gestão e controlo local tem que ser ultrapassada para se garantir efectivamente o sucesso das intervenções urbanas, face à tendência que se tem verificado de se contornar os mecanismos formais e legais.

“Os grandes desafios dos anos futuros não serão ultrapassados numa mudança voluntária da organização espacial das cidades. Mas como sempre na história, as cidades do século XXI verão as suas formas testemunhar do que tivermos sabido fazer para enfrentar esses desafios.” (Lacaze, 1995: 122)

Mais do que a própria intervenção, e comprovação do seu sucesso, o grande desafio é ir de encontro à expectativa da maioria da população a beneficiar, o que requer uma sensibilização sobre o objectivo da intervenção e uma informação clara sobre as metas possíveis de alcançar.

Conclusão

A economia capitalista que marca o meio urbano contemporâneo tem implicações directas sobre o uso do solo e a forma como este se organiza e se distribui. As áreas urbanas formais, habitadas pela população privilegiada, são envolvidas por um vasto universo de ocupações informais onde habita a população desfavorecida. Este é o cenário real de Luanda, tal como da maioria das cidades africanas.

Os exemplos abordados neste trabalho e o caso de estudo de Luanda, mostram que esta realidade urbana resulta também de um crescimento urbano e aumento da população exponencial num período de tempo reduzido. As implicações deste crescimento são mais complexas em contexto de cidades ex-coloniais afectadas por questões raciais e que passaram por um processo de independência violento, seguido de uma guerra civil destrutiva.

Ao longo de todo o percurso histórico da cidade podem-se apontar alguns factores que se revelam cruciais como contributo para a situação actual, marcada por uma sociedade com graves discrepâncias socioeconómicas, que se reflectem na estrutura espacial da cidade. Luanda continua a ser marcada por processos de segregação social e espacial, inerentes à colonização e às décadas de guerra civil. Nesse período, Luanda foi a cidade de Angola com melhores condições de sobrevivência, tornando-se o destino preferido pela população oriunda de todo o território nacional.

A forma de ocupação do espaço urbano e a expansão da cidade e das suas áreas periféricas revelam a falta de controlo no ordenamento do território e são o reflexo da carência de legislação e de políticas de gestão urbana eficientes.

A grave problemática urbana e o défice habitacional que hoje se vive em Luanda co-habitam com um grande investimento imobiliário, com a explosão de construções pontuais de grande envergadura no espaço formal e com o reconhecimento internacional de uma capital de um “país de oportunidades”. No entanto, constata-se um maior esforço e interesse por parte das entidades do Estado e Instituições locais sobre a questão habitacional.

A realidade é que cerca de 80% da população de Luanda vive em áreas de musseques com condições de habitabilidade muito débeis e elevados níveis de pobreza. A tendência aponta para que a migração voluntária continue no sentido da cidade ou dos seus arredores, ainda que para instalação em assentamentos informais precários. O conceito de musseque coincide com o de *slum* nas definições e classificações das Nações Unidas, e enquadra-se nos níveis de pobreza mais baixos estabelecidos por este organismo.

Analisando outros casos, tais como as favelas do Brasil, os caniços de Moçambique ou até mesmo situações pontuais críticas em subúrbios portugueses como o caso da Cova da Moura, Luanda aparece como uma cidade com grandes extensões de área urbanas críticas. Estes outros casos aqui apresentados foram abordados a partir da leitura de teóricos e especialistas que se debruçam sobre as problemáticas da cidade e do urbanismo, que apresentam soluções que requerem ponderação e adaptação a cada caso.

Urgem estratégias de intervenção dinâmicas, não só a nível de qualificação das áreas de musseque, no sentido de melhorar as infra-estruturas públicas e as condições de habitabilidade, como também a nível do controlo e ordenamento do território em expansão.

É urgente uma correcta legislação e política de gestão do solo urbano, para que qualquer projecto de requalificação urbana de áreas de assentamentos informais tenha segurança e garantia de eficiência e durabilidade.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, Ilídio de; *Luanda. Estudo da geografia urbana*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1968
- CEDH, Centro de Estudos de Desenvolvimento do Habitat; UEM, Universidade Eduardo Mondlane; *Moçambique Melhoramento dos Assentamentos Informais*, Volume II – Propostas de Estratégias de Intervenção; Maputo 2005
- CEU, Conselho Europeu de Urbanistas; *A Nova Carta de Atenas 2003 – A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI*; Professor Paulo V.D. Correia e Doutora Isabel Maria da Costa Lobo; Lisboa, Novembro 2003
- CIAM, Congresso Internacional de Arquitectura Moderna; *Carta de Atenas*; Atenas 1933
- CONFHIC; *Bairro de Mumemo*, in <http://mumemo.no.sapo.pt/>, consultado em Abril 2010
- DAR, Dar al-Handasah; *Plano de Gestão do Crescimento Urbano – Uso do Solo Urbano e Plano de Gestão do Crescimento e Estudos de Melhoramentos dos Acessos e Drenagem Pluvial do Musseque Piloto*, Volume 1/3, 1996
- DAR, Dar al-Handasah; *Planos Integrados de Expansão Urbana e de Infra-Estrutura de Luanda / Bengo*, 2008
- DAR, Dar al-Handasah; SINFIC, Sistemas de Informação Industrial e Consultoria, S.A., “Análise do inquérito sobre a expansão urbana e de infra-estruturas”, *Plano Integrado de Expansão Urbana e de Infra-Estrutura de Luanda e Bengo*, Luanda, Fevereiro 2008
- DOMINGUES, Álvaro; “ (Sub) úrbios e (sub) urbanos – o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, in <http://ler.letras.up.pt/>, consultado em Abril 2010
- DUARTE, Cristóvão Fernandes; *Forma e Movimento*, Coleção Arquitectura e Cidade, Viana & Mosley: Ed. PROURB, Rio de Janeiro 2006
- DW, Development Workshop, Centro para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos do Reino Unido; *Terra – Reforma sobre a terra urbana em Angola no período pós-guerra: pesquisa, advocacia e políticas de desenvolvimento*, Occasional Paper, nº6, tradução Filomena Andrade, Luanda 2005
- FORJAZ, José; *A Planificação Física em Moçambique Independente*, José Forjaz Arquitectos 2004, in www.joseforjazarquitectos.com, consultado em Maio 2010
- FORJAZ, José; *A Estrutura do Planeamento Territorial em Moçambique*, José Forjaz Arquitectos 2004, in www.joseforjazarquitectos.com, consultado em Maio 2010
- FORJAZ, José; *The Shelter Problems in Sub-Saharan Africa*, José Forjaz Arquitectos 2004, in www.joseforjazarquitectos.com, consultado em Maio 2010
- FORTUNA, Carlos; *Cidade, cultura e globalização*, Celta Edições, Oeiras 1998, p45-65
- GAMEIRO, António Pereira; “A problemática da habitação em Angola. Os musseques e a requalificação urbana”, Luanda 2001
- Governo de Angola, in www.governo.gov.ao, consultado em Novembro 2010
- Governo de Angola, in www.embaixadadeangola.org, consultado em Novembro 2010

- GUERRA, Isabel; “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Revista Sociedade e Território*, 20, 1994 pp11-16
- HARVEY, David; *Direito à cidade David Harvey*, in www.deriva.com.br, consultado em Setembro 2010
- HUCHZERMEYER, Marie; *Unlawful occupation: informal settlements and urban policy in South Africa and Brazil*, Africa World Press, 2004
- JUNIOR, Luís R. C. S.; “O Programa Favela-Bairro e as Políticas Habitacionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento”, *Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planeamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre em Planeamento Urbano e Regional*, Rio de Janeiro 2006
- JAURÉGUI, Jorge Mario; *A Cidade em Evolução: Economias Informais/Espaços Efêmeros*; Post-it City Cidades Ocasionais; Barcelona 2009; pp. 053-055
- JAURÉGUI, Jorge Mario; BOCAUYUVA, Pedro Cunha; *Articulação Sócio-Espacial e Direito à Urbanidade*, in www.jauregui.arq.br, consultado em Maio 2010
- JAURÉGUI, Jorge Mario; *Urbanização de Favelas é Obra de Arte na “Documenta 12”*, in www.jauregui.arq.br, consultado em Maio 2010
- KANASHIRO, Milena; *Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade*; Desenvolvimento do Meio Ambiente; nº 9; Editora UFPR; Jan/Jun. 2004; pp. 33-37
- LACAZE, Jean-Paul; “A cidade e o Urbanismo”, tradutora Magda Bigotte Figueiredo, Coleção Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, Instituto Piaget, Lisboa 1995
- LEFEBVRE, Henri; *O direito à cidade*, Centauro Editora, S. Paulo 2009, pp. 114-119
- MAOTDR, Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; *Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos*, in www.portugal.gov.pt, consultado em Março 2010
- MARTINS, Isabel; “A evolução de Luanda: uma capital imperfeita” in *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº5, Lisboa 2005, pp. 56-61
- MARX, Karl; *A ideologia alemã*, pp. 62-67
- MELO, Vanessa; *Planeamento e construção sustentáveis n periferia de Maputo. O Bairro do Mumenho 4 de Outubro em relação à área peri-urbana da capital*, dissertação de mestrado defendida na Universidade Lusíada, Lisboa 2008
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque; *Continuidades e Descontinuidades de um Processo Colonial através de uma leitura de Luanda: Uma Interpretação de Desenho Urbano*, Terceira Margem, São Paulo 2006, 436 p.
- OLIVEIRA, Elaine Freitas; *Revitalização dos centros urbanos: intervenção público-privada na distribuição socio-espacial da população e movimentos sociais de contestação*, in <http://www.abep.nepo.unicamp.br/>, consultado em Abril 2010
- PEPETELA; *Luandando*, Elf Aquitaine Angola, Porto 1990
- PEREIRA, Álvaro et al.; “Habitat e Minorias”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, 3, 2001, pp. 93 – 109

- ONU, Organização das Nações Unidas; *The millenium goals report 2010*, in www.unhabitat.org, consultado em Abril 2010
- OPPENHEIMER, Jochen, RAPOSO, Isabel; *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Colecção Tempos e Espaços Africanos, Edições Colibri, Lisboa 2007
- OPPENHEIMER, Jochen, CARVALHO, Paulo, RAPOSO, Isabel; A pobreza em Luanda; relatório apresentado ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Lisboa 2003
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João; *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e Oportunidades*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003
- RAPOSO, Isabel, SALVADOR, Cristina; “*Há diferença, ali é cidade, aqui é subúrbio*. Urbanidade dos bairros, tipo e estratégias de habitação em Luanda e Maputo”, in Jochen Oppenheimer e Isabel Raposo, *Subúrbios de Luanda e Maputo*, Colecção Tempos e Espaços Africanos, Edições Colibri, Lisboa 2007, pp. 105-138
- RAPOSO, Isabel (org.); “*Cidades Africanas*”, *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº5, Lisboa 2005
- Secretaria Municipal de Habitação; *Programa Favela-Bairro*, in www.prourb.fau.ufrj.br, consultado em Maio 2010
- SILVA, Vanda; “*Intervenção inovadora em Manica*” in *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, nº5, Lisboa 2005, pp. 124-133
- UN-HABITAT, Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas; *Perfil do Sector Urbano de Moçambique*, UNON, Nairobi 2007
- UN-HABITAT, Angola: *A paradigmatic case of intervention*; in www.unhabitat.org, consultado em Abril 2010
- UN-HABITAT, Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas; “*Sambizanga Peri-Urban Upgrading Programme*”, Angola; in www.unhabitat.org, consultado em Abril 2010
- UN-HABITAT, Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas; “*Guide to Monitoring Target 11: Improving the lives of 100 million slum dwellers*”, *Progress towards the Millennium Development Goals*, Nairobi, Maio 2003